

1 - Introdução

A partir da reforma dos Fundos Estruturais em 1989, a União Europeia (UE) fez do princípio da coesão, isto é, de redução das disparidades de crescimento económico e de oportunidades entre regiões europeias uma das suas prioridades. O conceito de coesão pode ser entendido segundo duas perspectivas: a coesão económica que se refere à promoção da competitividade e convergência através de um crescimento mais rápido do rendimento per capita das regiões mais pobres (de acordo com o Primeiro Relatório de Coesão publicado pela Comissão Europeia em 1996), obrigando a política comunitária a actuar no sentido de criar as condições necessárias, enquanto que coesão social se refere à garantia da igualdade de acesso por parte dos cidadãos, em matéria de segurança, serviços e oportunidades.

Neste contexto, os fundos estruturais comunitários são instrumentos financeiros da política regional da União Europeia (UE), que tem por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, no objectivo de coesão económica, social e territorial.

Foram então estabelecidos períodos de actuação para esta nova fase da Política de Coesão comunitária, começando em (1989-1993) e contemplada com cerca de 25% do orçamento comunitário¹. No período plurianual seguinte (1994-1999), foi introduzido um novo instrumento: o fundo de coesão, que é um “fundo específico que financia directamente projectos de infra-estruturas ambientais e de transportes em Espanha, na Grécia, na Irlanda e em Portugal”. No total, este período de programação foi contemplado com cerca de um terço do orçamento comunitário. Para o período de 2000-2006, foi dada uma ênfase especial à simplificação de procedimentos e à preparação para o alargamento aos países da Europa de leste. Foi igualmente reforçada a cooperação entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros no que toca à disciplina e controlo financeiro, e foram divulgados os segundo e terceiro Relatórios sobre a Coesão Económica e Social, que ajudaram a aprofundar a reflexão e o debate sobre a Política de Coesão Comunitária, que manteve o seu peso no orçamento comunitário em cerca de um terço, correspondentes a 213 mil milhões de euros².

¹ CE, 2008c

² CE, 2008c

Estes fundos destinam-se a financiar a política regional entre 2007 e 2013 com vista ao cumprimento de 3 grandes objectivos: “convergência” (entre regiões e/ou entre estados-membros via crescimento económico); “competitividade regional e emprego” (promovendo a inovação, o espírito empresarial e a protecção do ambiente); e “cooperação territorial europeia” (reforçando a cooperação inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas - PME).

Para o período de 2007-2013, a dotação financeira atribuída à política regional aproxima-se dos 348 mil milhões de euros, sendo 278 mil milhões para os Fundos Estruturais e 70 mil milhões para o Fundo de Coesão. Esta dotação representa 35% do orçamento comunitário, ou seja, constitui a segunda maior rubrica orçamental³.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é um dos instrumentos de apoio associados aos fundos estruturais e visa a qualificação da população portuguesa sobretudo via conhecimento, ciência e inovação. Almeja o desenvolvimento económico e cultural sustentado, garantindo igualdade de oportunidades e pretende uma melhoria da eficiência e qualidade das instituições públicas. No período 2007-2013 este grande objectivo está a ser perseguido através de três Agendas Operacionais Temáticas e respectivos Programas Operacionais (potencial humano, factores de competitividade e valorização do território). O foco de maior interesse de análise será o município de Miranda do Corvo, entidade onde se realiza o estágio curricular ao qual está associado este relatório.

O relatório procura enquadrar o QREN como instrumento de política de promoção da coesão por parte da UE na perspectiva desagregada de um município, Miranda do Corvo. É efectuada uma caracterização, com dados estatísticos, a situação e evolução económica do concelho de Miranda do Corvo e procura-se estabelecer uma relação com a utilização que o município tem feito dos fundos comunitários disponibilizados através do QREN, com base numa análise de estatística descritiva. É assim uma análise fundamentalmente qualitativa e descritiva do impacto da mais recente vaga de apoio comunitário no município e dos reflexos já visíveis em termos de desenvolvimento económico e social.

O presente relatório está dividido em 7 secções. Após a Introdução, na secção 2 é feita uma breve descrição da entidade de acolhimento, a sua história e actividade ao

³ CE, 2008c

serviço da população local. A secção 3 refere-se à revisão da literatura económica que tem investigado empiricamente a eficácia dos fundos estruturais na promoção da coesão social e crescimento económico. Na secção 4 far-se-á uma caracterização demográfica, económica e social do concelho de Miranda do Corvo, que vai ser útil para a análise efectuada na secção 5 referente ao QREN enquanto dinamizador no processo de convergência, inter-regional e comunitária e onde é revisto de forma sistemática o que tem sido o acesso por parte do município de Miranda do Corvo aos fundos estruturais, estabelecendo uma relação com o seu possível impacto no crescimento e desenvolvimento do concelho. A sexta secção inclui, não só uma síntese das tarefas desenvolvidas no decurso do estágio, de uma forma descritiva e abordando o processo de candidatura a um projecto financiado pelo QREN, mas também uma análise das competências adquiridas durante os quatro meses do estágio e valor acrescentado do mesmo quer para o estagiário quer para a Entidade de Acolhimento. O relatório termina com algumas conclusões, sublinhando o mais importante do estudo.

2 - Caracterização da entidade de acolhimento

O estágio ao qual se refere o presente relatório decorreu na Câmara Municipal de Miranda do Corvo (CMMdC) entre 8 de Outubro de 2010 e 28 de Janeiro de 2011, num total de 16 semanas.

Figura 1 – Brasão do Concelho



A 19 de Novembro de 1136 Miranda do Corvo recebe o foral de D. Afonso Henriques, tornando-se num dos mais antigos municípios do país. A sede da autarquia

encontra-se situada na Praça José Falcão, na zona central da vila (ver Figura 2). O município é desde o início de 2002 presidido pela Dra. Maria de Fátima Ramos, eleita pelo Partido Social Democrata (PSD) nas autárquicas de 2001, e conta ainda com seis vereadores (um deles designado vice-presidente), num total de cerca de 170 funcionários, distribuídos por várias divisões, sectores e gabinetes, conforme o organigrama e mapa de pessoal em anexo (figuras A.1 e A.2) do Anexo). Este estágio foi desenvolvido na Divisão de Obras e Urbanismo, no sector de Urbanismo e partilhando o espaço com a Eng^a Adelina Duarte e a dona Susana Rodrigues. Trata-se de um sector que pretende atender às necessidades da população, ao nível das infra-estruturas de acesso, saneamento, educação, cultura, desporto e lazer, contribuindo para o planeamento e execução das obras, bem como submeter as candidaturas para o seu financiamento. Dado que o município não dispõe de capacidade financeira para investimentos avultados e existem programas de apoio que suportam grande parte desses investimentos, o presente estágio insere-se precisamente nesse âmbito, visando conhecer os mecanismos do processo de candidatura aos QREN e o modo como estes contribuem na dinamização do município, potenciando o crescimento económico do Concelho.

Figura 2 – Edifício-sede da Câmara Municipal de Miranda do Corvo



Desde a revolução de 1974 que a autarquia tem sido, predominantemente, governada por presidentes eleitos pelo PSD, sozinho ou em coligação, à excepção das eleições autárquicas de 1993 e 1997 (ganhas pelo Partido Socialista (PS)), conforme o

Quadro 1. De facto, verifica-se uma alguma estabilidade em termos de manutenção do cargo da presidência, visto que os últimos três presidentes foram sempre reeleitos, pelo menos uma vez, contribuindo para a própria estabilidade das políticas adoptadas nesse período.

Quadro 1- Vencedores das eleições autárquicas em Miranda do Corvo

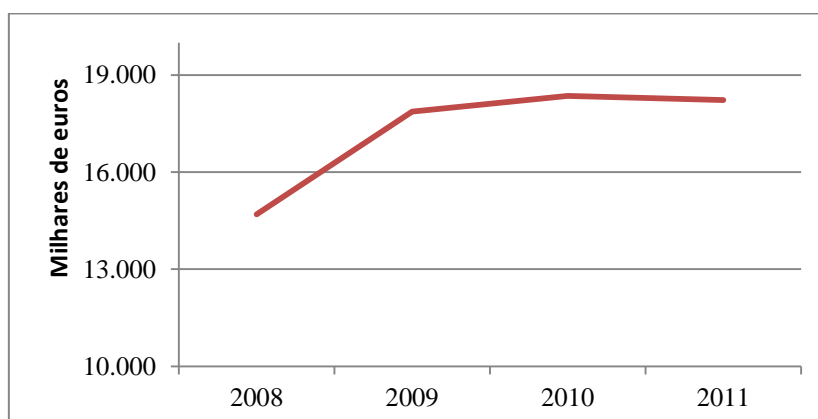
Eleições	Partido Vencedor ⁴	Votos	Presidente eleito
1976	PPD/PSD	1 858 (45,2%)	José Simões Pereira
1979	AD	2 822 (53,4%)	Jaime Simões Ramos
1982	AD	3 054 (52,9%)	Jaime Simões Ramos
1985	PPD/PSD	3 470 (64,4%)	Jaime Simões Ramos
1989	PPD/PSD	2 899 (47,1%)	Jaime Simões Ramos
1993	PS	3 974 (56,0%)	Jorge Fernandes Cosme
1997	PS	3 922 (55,3%)	Jorge Fernandes Cosme
2001	PPD/PSD	3 437 (47,7%)	Maria de Fátima Ramos
2005	PPD/PSD-CDS-PP	3 816 (51,5%)	Maria de Fátima Ramos
2009	PPD/PSD-CDS-PP	3 545 (48,5%)	Maria de Fátima Ramos

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Anualmente é elaborado o orçamento da Câmara Municipal para o ano civil seguinte, tendo-se verificado um aumento gradual do mesmo ao longo do período de 2008 a 2010, seguido de uma estabilização da verba disponível no presente orçamento (ver gráfico 1), em grande parte devido à fase de contenção da despesa e dificuldade de obtenção de receita que o país e as autarquias atravessam. As rubricas do orçamento que mais contribuem do lado da receita são a venda de bens de investimento (terrenos e edifícios) e as transferências correntes e de capital (onde se incluem as transferências dos fundos comunitários) que, juntas, perfazem mais de 80% do total da receita. Do lado da despesa, destaca-se a aquisição de bens de capital (escolas, obras e arruamentos, sistemas de drenagem de águas residuais), com 57% e as despesas com pessoal, na ordem dos 18%.

⁴ PPD/PSD – Partido Social Democrata, inicialmente Partido Popular Democrático; AD – Aliança democrática, extinta em 1983; PS – Partido Socialista

Gráfico 1 – Evolução do orçamento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, 2008-2011



Fonte: Câmara Municipal de Miranda do Corvo

Para 2011, a situação económica do país torna difícil satisfazer as necessidades e desejos da população e instituições do Concelho. A crise económica, a juntar aos recentes cortes nas transferências do governo para as autarquias, o alargamento das competências municipais que criam despesas fixas elevadas, visíveis, por exemplo, no sector de educação e o aumento de custos tornam a situação mais complicada. O orçamento procurou assim ser mais exigente ao nível dos gastos correntes, procurando eliminar défices. Em traços gerais, o orçamento tem quatro objectivos essenciais: assegurar serviços de índole social de apoio aos mais carenciados, continuar a lançar obras infra-estruturantes fundamentais à melhoria da qualidade de vida no concelho, realizar investimentos que contribuam para que os jovens optem por se fixar no concelho e, manter e melhorar o nível dos serviços prestados pela autarquia. Para o conseguir, o município conta com o financiamento previsto através do QREN.

3 - Os Fundos Estruturais como promotores de crescimento económico: breve revisão da literatura empírica

3.1 Enquadramento dos fundos estruturais como instrumento de política de crescimento económico e convergência

Desde a criação da Comunidade Europeia em 1957 que a redução das disparidades no rendimento *per capita* das regiões da Europa foi um objectivo a atingir. Apesar das autoridades terem esse objectivo de coesão, só a partir de década de oitenta do século

passado se produziram directrizes claras ao nível da política regional, tendo sido criados os fundos estruturais com o objectivo de apoiar as regiões menos desenvolvidas em diversos sectores: o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER) para apoiar as regiões mais desfavorecidas, o Fundo Social Europeu (FSE), com a acção centrada na formação profissional e recrutamento; o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), para apoiar a adaptação das estruturas agrícolas e as acções de desenvolvimento rural e ainda o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), que visava apoiar a adaptação das estruturas deste sector.

No entanto, e apesar deste esforço, observava-se a manutenção das disparidades entre as regiões europeias, constituindo um obstáculo à construção europeia, na medida em que reduzia as oportunidades das regiões mais desfavorecidas face às mais ricas no seio do mercado único. Neste sentido, era fundamental rever e reformular o que tinha sido feito anteriormente, facto que ocorreu em 1987 com a assinatura do Acto Único Europeu. Foi um marco importante ao assumir o combate às disparidades como um objectivo prioritário e a manutenção de uma política regional eficiente. Assiste-se, portanto, a uma reforma dos fundos estruturais, que teve início em 1989 e que consistiu, não só num aumento significativo das quantias disponíveis para a política regional, como na definição de critérios objectivos de acordo com as prioridades de cada uma das regiões. As regiões mais desfavorecidas enfrentam problemas de infra-estruturas de base (transportes, telecomunicações, energia ou saneamento), fraca qualificação da população, fraco investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico, e inadaptação dos mercados financeiros locais às necessidades das empresas em matéria de crédito.

Num cenário de mudança (a nível económico, demográfico e político, com a inclusão de doze novos países desde 2004), a política de coesão tornou-se uma componente cada vez mais importante do orçamento da União Europeia (UE). Isto porque as disparidades dentro da UE são significativas – em 2004, cerca de um quarto da população europeia vivia em regiões cujo PIB *per capita* era inferior a 75% da média comunitária, composta por 27 Estados-Membros, segundo dados da UE. Esta define política de coesão como sendo um quadro político de solidariedade a nível europeu que se traduz em centenas de milhares de projectos em toda a Europa que beneficiam do apoio de dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE, e do apoio do Fundo de Coesão.

O artigo 174º do Tratado de Lisboa (2007) refere que

“De modo a promover um desenvolvimento harmonioso conjunto da União, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção para o reforço da sua coesão económica, social e territorial. Em particular, a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. Deve ser dada atenção especial às áreas rurais, às zonas afectadas pela transição industrial e às regiões que sofrem de graves e permanentes desvantagens naturais ou demográficas.”⁵

Definido no Tratado de Maastricht, em 1992 foi instituído o Fundo de Coesão que, a par dos fundos estruturais já existentes, teve como objectivo principal apoiar o acesso à União Económica Monetária (UEM) dos países cujo PIB *per capita* não atingia 90% da média comunitária – Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda. O Fundo de Coesão constituiu um instrumento de apoio complementar para as regiões desfavorecidas destes quatro países pois quase todas as regiões destes países pertenciam ao grupo de regiões onde o PIB médio por habitante era inferior a 75% da média comunitária (na época designado por objectivo 1), pelo que também receberam fundos estruturais ao abrigo desse critério. Assim, o desafio afigura-se ainda mais complexo pois não só se pretende otimizar o mercado único, como também criar as bases para a UEM, de acordo com os critérios de convergência económica: estabilidade de preços, das finanças públicas, das taxas de câmbio e das taxas de juro. Paralelamente a esta ajuda centralizada, a Comissão criou também programas individuais, que apesar de serem de iniciativa comunitária, apoiam acções transnacionais, transfronteiriças e inter-regionais.

Relativamente a Portugal, a verdadeira política de desenvolvimento regional teve início com o acesso aos fundos comunitários. Assim, desde 1986 Portugal integrou três Quadros Comunitários de Apoio. Os doravante denominados QCA apresentam-se sob a forma de Programas Operacionais (PO) aprovados pela Comissão Europeia, e de acordo com o Estado-Membro em causa, incluem a estratégia e as prioridades de acção dos

⁵ Por sua vez, o artigo 2º do Tratado de Amesterdão (1997) referia já que “A Comunidade tem como missão, ..., promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados membros. “

Fundos do Estado-Membro, os seus objectivos específicos e os recursos financeiros disponíveis.

O primeiro QCA (QCA I) ocorre entre 1989 e 1993, e disponibilizou a Portugal 1 704 milhões de contos em fundos estruturais (cerca de 8500 milhões de euros) permitindo um investimento de 3441 milhões de contos (aproximadamente 17100 milhões de euros) em parcerias público-privadas. Durante este período há a realçar a convergência de 10,5% do PIB *per capita* em relação à média comunitária, a criação de 80 mil postos de trabalho, uma redução de cerca de 8% nas disparidades internas e um crescimento adicional do PIB de 0,7% ao ano.

O segundo QCA (QCA II) vigorou de 1994 a 1999 e teve como principais objectivos a aproximação à UE (em termos de PIB *per capita*) e a redução das disparidades internas. Para tal, foram elaborados 17 programas operacionais, na sua maioria bem sucedidos, e dos quais se salienta a criação e manutenção de 77 mil empregos. Nesta fase, o apoio comunitário ascendeu aos 3115,3 milhões de contos (15500 milhões de euros). O último QCA (QCA III) verificou-se de 2000 a 2006 e almejava elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego, a coesão social, alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro, afirmar a importância do território e promover o desenvolvimento sustentável das regiões. Na prossecução destes objectivos Portugal obteve um montante de 20535 milhões de euros, repartidos por 20 Programas Operacionais. Os principais ganhos neste período foram visíveis no sector da saúde (maior acessibilidade e qualidade dos serviços), na educação (melhoria dos níveis de escolaridade e qualificações), na cultura (com melhores infra-estruturas, maior atractividade e valorização das artes culturais), nas novas tecnologias (propagação das TIC⁶ no quotidiano dos jovens), entre outros.

Actualmente está em vigor o QREN (sucessor dos extintos QCA's), válido entre 2007-2013 que apresenta como objectivos principais a melhoria do potencial humano, da competitividade e a valorização do território, disponibilizados para o efeito cerca de 21,5 mil milhões de euros⁷.

Estes instrumentos foram criados pela União Europeia com o objectivo de eliminar, ou pelo menos atenuar, as disparidades de rendimento existentes nas regiões da Europa,

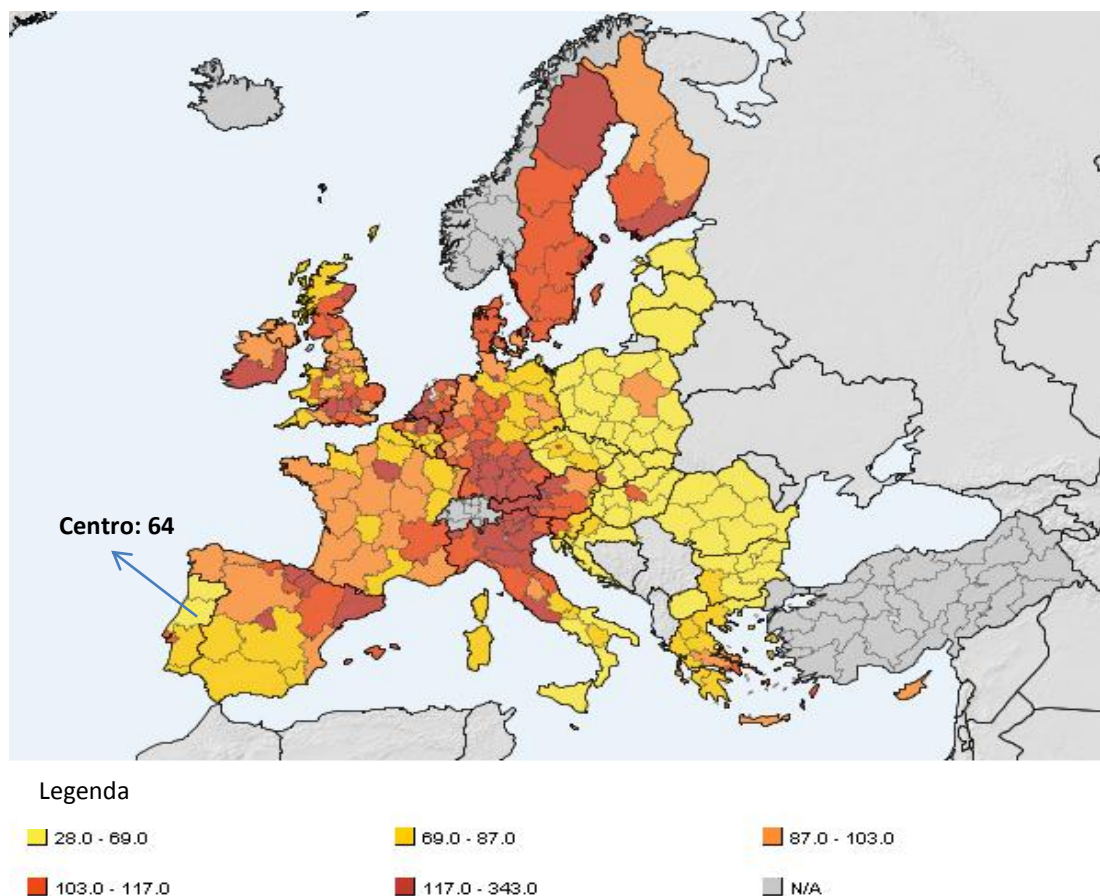
⁶ TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

⁷ O papel da UE não se pode limitar ao aspecto financeiro. A mais-valia da acção prosseguida é igualmente qualitativa, manifestando-se no efeito de continuidade suscitado pela partilha de experiências, de know-how e das capacidades de inovação de que a UE dispõe, através de parcerias.

de forma a ser possível chegar a uma plena integração económica e monetária na UE. Mais de vinte anos depois da Reforma dos Fundos Estruturais e com o alargamento recente da Comunidade revela-se essencial avaliar os resultados da política regional que tem sido seguida e identificar oportunidades de actuação política que satisfaçam de forma mais eficaz os objectivos de coesão económica e social a que as instâncias comunitárias se propuseram.

O mapa da figura 3 representa o panorama europeu em matéria de produto interno bruto, por habitante e em percentagem da média europeia a 27 países. Como se verifica, existem grandes disparidades não só no espaço europeu como ao nível nacional, e sublinhe-se que a escala utilizada vai desde os 28% aos 343% da média europeia, o que ilustra bem o poder económico de algumas regiões e o atraso de outras. No que se refere à Região Centro, onde se localiza o município de Miranda do Corvo, apresenta um valor de 64%, bastante abaixo da média europeia, pertencendo ao grupo das regiões menos ricas da Europa, em conjunto com as regiões do sul de Itália e grande das regiões da Europa de Leste.

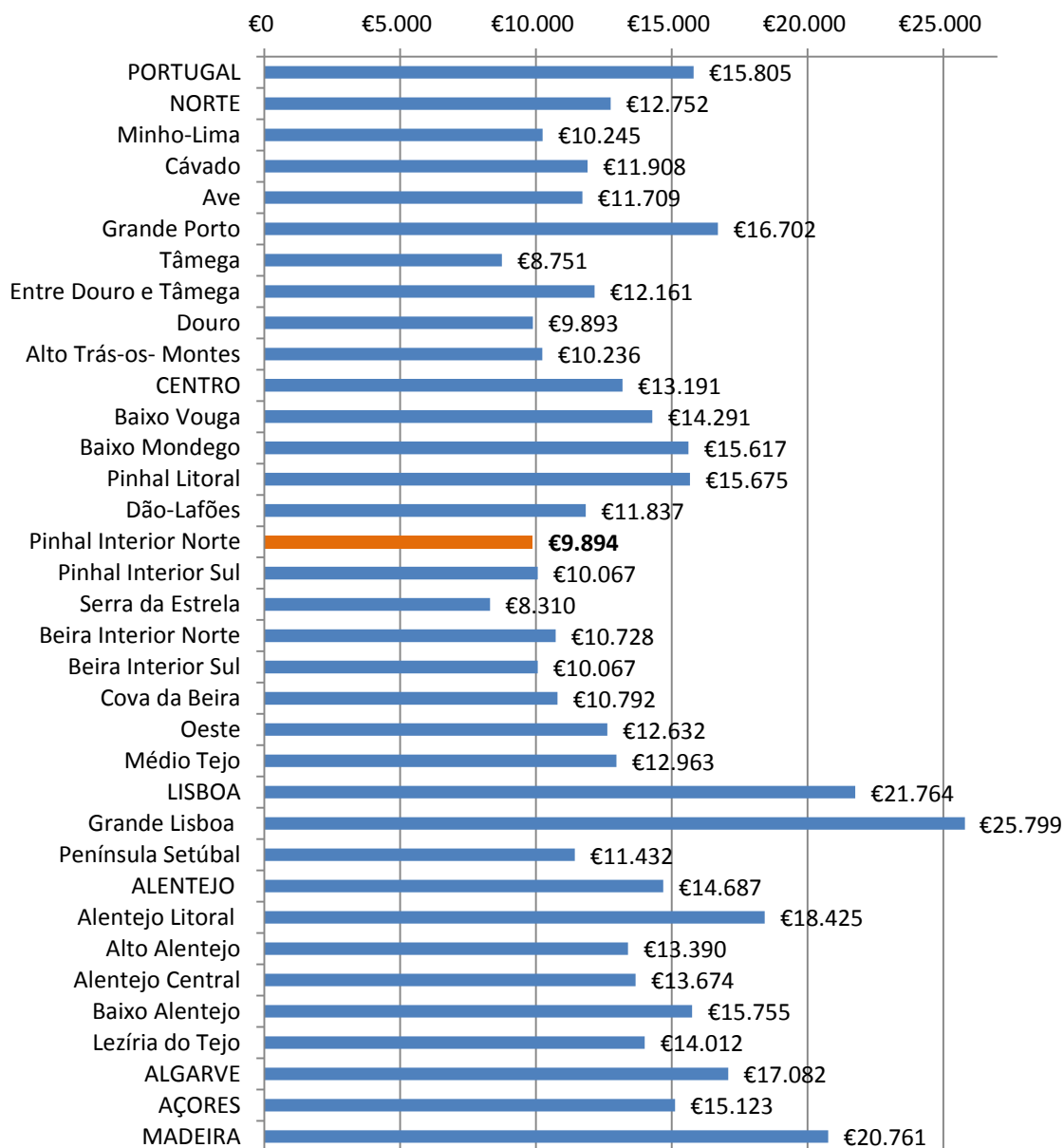
Figura 3 – PIB per capita em percentagem da média europeia (NUTS 2 – 2008)



Fonte : Eurostat

Do ponto de vista das disparidades nacionais, também em relação ao PIB per capita, analisemos o Quadro 2.

Quadro 2 – PIB per capita por NUTS 3 (2009)



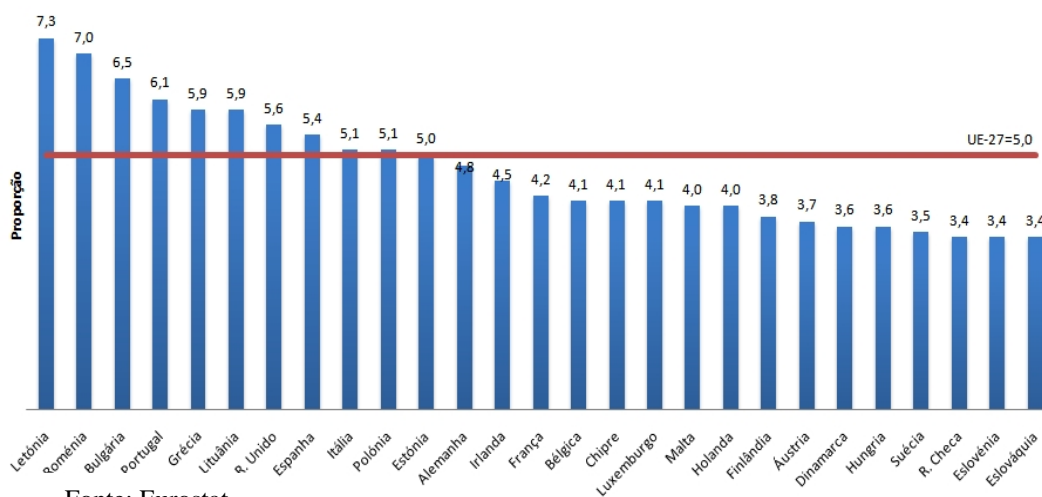
Fonte: Contas regionais; INE

Como se constata, Portugal continua a ser um país extremamente desigual para os seus habitantes. Revela as profundas desigualdades que continuam a existir no país entre as diferentes regiões e que a política governamental tem agravado se recordarmos as consequências da política de saúde (com o encerramento de centros de saúde e de serviços hospitalares), da educação (encerramento de escolas de ensino básico), de

infra-estruturas de acesso (auto-estradas, TGV e destruição de linhas férreas no interior do país deixando populações ainda mais isoladas). Miranda do Corvo insere-se na NUT 3 Pinhal Interior Norte que é a terceira região mais pobre do país, com menos de 10 mil euros anuais de produto por habitante.

Uma outra forma de analisar as desigualdades existentes no seio da EU em matéria de rendimento é a que consta no gráfico 2 e que ilustra a desigualdade na distribuição do rendimento entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos nos países da UE-27, em 2007. Da sua análise conclui-se que Portugal é o quarto país da UE-27 no qual as diferenças de rendimento são maiores: o rendimento auferido pelos 20% mais ricos é 6,1 vezes superior ao dos 20% mais pobres. Trata-se de um valor superior ao registado na média da EU-27 (5,0). É interessante verificar que no conjunto dos doze países que integraram a União Europeia a partir de 2004 encontram-se os três Estados-membros que registam os níveis de desigualdade de rendimento mais elevados, mas também os três que apresentam para este indicador valores mais baixos, casos da Eslováquia, Eslovénia e República Checa.

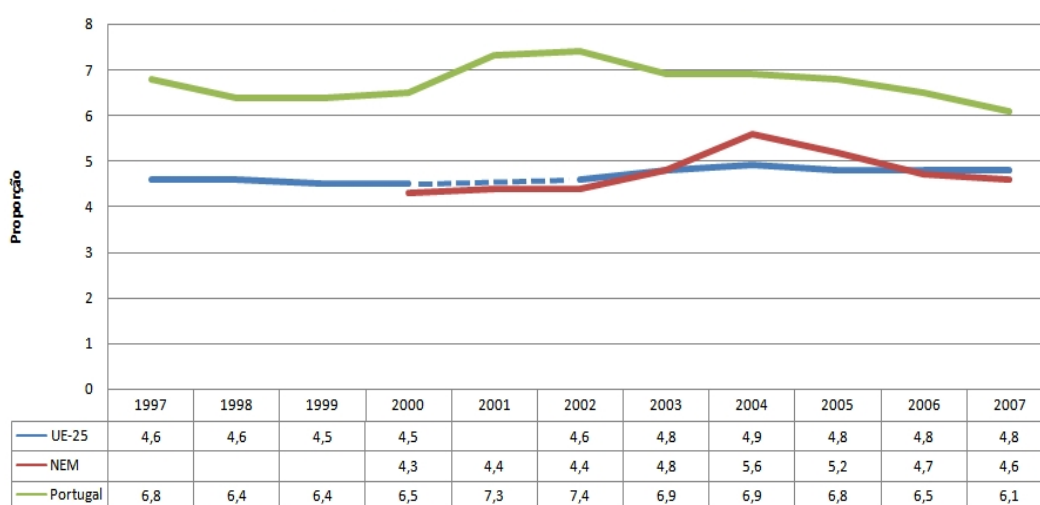
Gráfico 2- Desigualdade na distribuição do rendimento nos países da UE-27, 2007



Observando agora o gráfico 3, verifica-se que entre 1997 e 2007 as desigualdades de rendimento em Portugal são sempre superiores às verificadas quer no conjunto de países que formam a UE-25, mas também nos novos Estados-membros (os dez países que integraram a UE em 2004). Em 2002 este indicador conhece o seu valor mais elevado em Portugal no período analisado (7,4). A partir daí e até 2007 esta medida conheceu uma progressiva redução. Embora este indicador seja sempre mais baixo na

UE-25 do que em Portugal, os valores médios registados para esse conjunto de países aumentaram tenuamente desde 1997. Quanto aos novos Estados-membros, verifica-se que as desigualdades de rendimento em 2000 eram ligeiramente inferiores ao registado em 2007. Além disso, 2004 foi o ano em que, neste conjunto de países, a diferença entre o rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres conheceu o seu nível mais elevado (5,6), tendo diminuído a partir daí, até se fixar nos 4,6 em 2007.

Gráfico 3- Evolução da desigualdade na distribuição do rendimento nos países da UE-25, novos estados membros (NEM) e Portugal (1997-2007)



Fonte: Eurostat

Para então perseguir estes objectivos de redução de disparidades, foi, e continua a ser, necessário um grande esforço de política regional por parte das autoridades comunitárias. O fundamento para a existência desta forma de política assenta na ideia de que o livre funcionamento da economia não consegue, *per si*, assegurar um desenvolvimento regional equilibrado e sustentado que garanta a convergência. Deste modo, a ausência de intervenção neste processo poderia conduzir a um rápido crescimento em algumas regiões que, *a priori*, não eram as mais atrasadas e, assim, aumentar o hiato regional.

3.2 - Revisão da literatura empírica sobre o impacto dos fundos no crescimento económico/convergência

A literatura económica que procura avaliar a eficácia dos fundos na promoção do crescimento e convergência a nível regional é já relativamente extensa, dada a

importância do tema, quer ao nível do seu impacto nas regiões que beneficiam directamente destes apoios, quer na forma como devem ser conduzidas as políticas que lhe estão associadas.

Nos seus estudos, (Puga, 1999; Martin, 2001) encontram resultados que indicam um aumento das disparidades inter-regionais desde os anos 80, quando medidas através do PIB real *per capita* e emprego para as NUTS II⁸. Em (Paci, 1997), por exemplo, mostra-se que a evolução das disparidades tem sido mais acentuada à escala regional do que à escala nacional, pois ao nível dos Estados membros que existiu uma aproximação dos níveis de rendimento durante a década de 1980. Quer isto dizer que, enquanto a integração económica promoveu a convergência inter-países, agudizou a desigualdade inter-regional.

Dada a não consonância dos resultados, levanta-se a questão da eficácia da atribuição dos fundos estruturais, e mais que isso, da sua aplicação. Terá a intervenção europeia em termos de promoção do desenvolvimento regional europeu correspondido aos objectivos a que se propunha? A resposta não é conclusiva, e tem sido alvo de discussão e de muitos artigos científicos. Alguns revelam que os esforços financeiros no desenvolvimento regional da UE desde 1989 não tiveram qualquer impacto (ver por exemplo, Boldrin e Canova, 2001). Durante os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990 a distribuição regional do rendimento real *per capita* e as taxas de desemprego em relação à média mantiveram-se praticamente constantes, independentemente das condições iniciais das regiões, salvo alguns casos de sucesso e insucesso. (Boldrin e Canova, 2001) referem ainda que, se se pretende maximizar o crescimento económico global da UE, as políticas actuais deveriam ser invertidas, isto é, os subsídios deveriam ser dirigidos a regiões mais desenvolvidas, promovendo a aglomeração mas agravando as desigualdades. No entanto, se o objectivo for promover o crescimento económico das regiões mais pobres, e a convergência, então as políticas adoptadas não permitem encontrar resultados empíricos que comprovem a sua eficácia no passado.

Noutro estudo (de Freitas et al, 2003), os autores testam a hipótese de convergência entre as regiões da UE no período 1990-2001, para as NUTS II. O método utilizado consiste em estimar regressões que relacionam o crescimento económico com o

⁸ Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) é uma codificação desenvolvida pela UE para referenciar divisões administrativas de países, para fins estatísticos. Compreende três níveis de desagregação (I, II e III) que em Portugal correspondem a três NUTS I (Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), subdivididas em sete NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), as quais, por sua vez, se subdividem em 30 NUTS III.

rendimento inicial, introduzindo, mais tarde, uma variável que controla o papel das instituições nacionais para aferir se os fundos, per si, promovem crescimento e desenvolvimento, independentemente das condições institucionais. Os resultados obtidos demonstram que as regiões mais desfavorecidas crescem mais rapidamente que as restantes. Contudo, os factores específicos de cada região continuam a ter um peso muito importante nas disparidades que se verificam, na medida em que as autoridades regionais possuem a sua própria autonomia, forma de tributação e poder de decisão. Assim, dentro do mesmo país, as várias regiões podem apresentar diferentes mecanismos de actuação e especificidades. Este facto é também sublinhado por (Dall’Erba e Le Gallo, 2007), que analisam o impacto dos fundos estruturais no processo de convergência regional de 145 regiões europeias entre 1989 e 1999. De acordo com os autores, se os fundos estruturais são alocados a regiões mais pobres mas estas permanecem distantes das regiões mais ricas, então a eficácia desses fundos tem de ser testada. Visto que os fundos são utilizados, entre outros, para financiar infra-estruturas e rede de transportes, a deslocalização da indústria deve ser considerada e, naturalmente, não considerar efeitos espaciais na análise do impacto dos fundos seria imprudente.

Em (Cappelen et al, 2003), um estudo empírico para 105 regiões da EU-12 (excepto as da Dinamarca, Irlanda e Luxemburgo), os autores acreditam que a reforma estrutural de 1989 possa ter êxito na melhoria da política regional da UE para que se torne mais eficaz no seu objectivo, gerando crescimento nas regiões mais pobres e contribuindo para uma maior igualdade de produtividade e rendimento na Europa. No entanto, devem ser realçados factores divergentes, sustentados no facto que o crescimento nas regiões mais pobres é muito dificultado por uma estrutura desfavorável da indústria e pouco investimento no sector de I&D. Assim, para obter o máximo do apoio, este deve ser acompanhado por políticas que facilitem a mudança estrutural e o aumento de capacidades de I&D nas regiões mais pobres. Tais políticas devem ser necessariamente de natureza de longo prazo.

Muitas das regiões mais atrasadas não estão a conseguir manter o ritmo de crescimento e desenvolvimento das regiões mais ricas pois não conseguem fazer uma utilização eficiente dos recursos de que dispõem e, não menos importante, devido à escassez dos próprios recursos. Trata-se de um problema persistente das áreas subdesenvolvidas (áreas que se caracterizam, também, por produzirem constantemente

abaixo da sua fronteira de possibilidades de produção). Mas que factores poderão estar por trás desse problema de subdesenvolvimento permanente?

(Brulhart e Torstensson, 1996) e (Midelfart-Knarvik et al, 2000) remetem o problema para um aparente processo europeu de integração económica que favorece a concentração da actividade económica, criando maiores economias de aglomeração e que centraliza o valor acrescentado em algumas regiões. Há também efeitos distorcionários das políticas governamentais para a protecção de empresas/sectores estratégicos que podem estar a contribuir para contrariar os efeitos das políticas de coesão (Midelfart-Knarvik e Overman, 2002). Contudo, dado que as estratégias de desenvolvimento têm efeitos a médio-longo prazo, podemos estar a avaliar prematuramente os seus efeitos e, mais que isso, os fundos estruturais podem ser demasiado escassos (embora tenham duplicado no período 1994-1999 comparativamente a 1988-1993, segundo dados da Comissão) para que o seu impacto nas taxas de crescimento seja significativo.

Assim, podem ser apontados muitos factores como determinantes da eficácia e do impacto da política de coesão europeia. Por exemplo, um contexto económico caracterizado pela estabilidade dos preços e pelo equilíbrio orçamental beneficiará de taxas de juro mais baixas. Por sua vez, esta redução estimula o investimento e a acumulação de capital, aumentando tanto a produtividade como o emprego. A eficiência e eficácia da administração pública nacional, regional e local é outro dos factores de grande importância. Por fim, os factores externos, em especial a globalização, são muitas vezes os principais promotores das mudanças estruturais a todos os níveis, tendo um forte impacto no desenvolvimento económico e na criação de emprego.

Um dos artigos mais recentes sobre o tema (Becker, O., Egger, H. e Ehrlich, M., 2010) analisa a hipótese de convergência ao nível das NUTS III nos últimos dois períodos orçamentais da União Europeia (1994-1999 e 2000-2006). Os autores pretendem aferir se o objectivo de promover crescimento nas regiões-alvo foi atingido com os recursos previstos. E de facto, os resultados confirmam essa predição, embora em 36% das regiões o valor recebido exceda aquele que maximiza a eficiência e, em 18% das regiões, uma redução das transferências não iria reduzir o seu crescimento. Ou seja, há lugar para uma reafecção dos recursos existentes, que desta forma conduziria a um maior crescimento global da UE e a uma convergência mais rápida que a actual.

Os estudos relativos ao caso português e ao impacto dos fundos estruturais na convergência e crescimento económico do país e respectivas regiões são escassos. Em

(Dias, M. e Silva, R. 2004) analisa-se a relação entre as transferências do Governo Central e algumas medidas de desempenho económico (PIB per capita, taxa de emprego e do VAB por trabalhador) nas sete regiões portuguesas. O objectivo principal é avaliar se o sistema de transferências públicas tem afectado a convergência intra-regional. Os autores salientam o notável crescimento de Portugal até finais do séc. XX, reduzindo as desigualdades em relação à média comunitária. Entre 1980 e 2001, Portugal ficou em quarto lugar entre os 25 países da OCDE em termos de crescimento do PIB per capita, e o terceiro em termos de crescimento do PIB por trabalhador. Este período de rápido crescimento económico permitiu que o país reduzisse o seu hiato de rendimento em relação à média da UE. Contudo, permanecem grandes diferenças entre as regiões portuguesas e o Governo foi interventivo nessa matéria, embora os resultados práticos não sejam evidentes. Assim, o estudo não encontrou, objectivamente, eficácia das políticas adoptadas para promover convergência regional em Portugal, em parte devido ao período de análise (1980-1990) se ter caracterizado por grandes mudanças na economia, na política, nacional e regional, e esses factores não foram tidos em conta nas estimativas. Em de Freitas et al (2005) avaliou-se o impacto das políticas internas em matéria de coesão, ao nível das NUTS II, sobretudo no período 1990-2001. Uma das conclusões do estudo indica que grande parte das políticas regionais adoptadas são extensões de políticas nacionais e, deste modo, desajustadas no âmbito regional e local. No período em análise (1990-2001), apenas a Região Norte e Algarve cresceram a taxas superiores à média do país, em termos de VAB por pessoa e VAB por trabalhador. Ainda no mesmo artigo se alerta para a distorcionabilidade na atribuição de subsídios e incentivos às empresas por parte das autoridades regionais, mitigando a eficiência dos fundos. Soukiazis, E. e Antunes, M. (2006) estudam as diferenças em termos de convergência entre as regiões do Litoral e do Interior, considerando as 30 NUTS III portuguesas no período 1991-2000. De facto o Interior, também por estar mais atrasado, cresceu a uma taxa superior. Mas, em termos de eficácia dos fundos estruturais, foi no Litoral que mais contribuíram para o crescimento das regiões. Revela ainda a disparidade na atribuição dos fundos, sendo que o Litoral recebe maior apoio que o Interior, seja em termos *per capita* ou valor total.

Por forma a tecer algumas considerações acerca da utilização dos fundos estruturais no município de Miranda do Corvo e da mais-valia destes para o crescimento e desenvolvimento da região, a secção seguinte dedicar-se-á à caracterização socioeconómica do concelho.

4 - Caracterização Sócio-económica do Concelho de Miranda do Corvo

Miranda do Corvo é vila sede de concelho e pertence ao distrito de Coimbra. Com uma área de 126,4 Km², é constituída por 5 freguesias: Lamas, Miranda, Rio de Vide, Semide e Vila Nova, que, no seu conjunto, totalizam cerca de 13830 habitantes (estimativa de 2009 pelo INE). Em termos administrativos e estatísticos, o Concelho de Miranda do Corvo, situa-se na região Centro (NUTS II) e na sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTS III). É limitada a noroeste por Coimbra, a nordeste por Vila Nova de Poiares, a este pela Lousã, a sudeste por Figueiró dos Vinhos, a sudoeste por Penela e a oeste por Condeixa-a-Nova (ver figura4).

Apesar de este ser um Concelho com uma componente marcadamente rural, fruto da sua paisagem dominante, a freguesia sede de Concelho (Miranda do Corvo) destaca-se ao nível da prestação de serviços e da oferta económica, reflectida na maior concentração populacional e de equipamentos.

Figura 4- Localização geográfica do Concelho de Miranda do Corvo



Fonte: Infopédia⁹

Com uma localização estratégica favorável, devido à proximidade a Coimbra e aos eixos de mobilidade nacional, Miranda do Corvo tem vindo a registar um progressivo crescimento populacional, verificado em todas as classes etárias. Assinala-se também o aumento do nível de ensino da população e o aumento dos postos de trabalho nos sectores secundário e terciário. Esta dinâmica positiva contraria o panorama

⁹ <http://www.infopedia.pt>

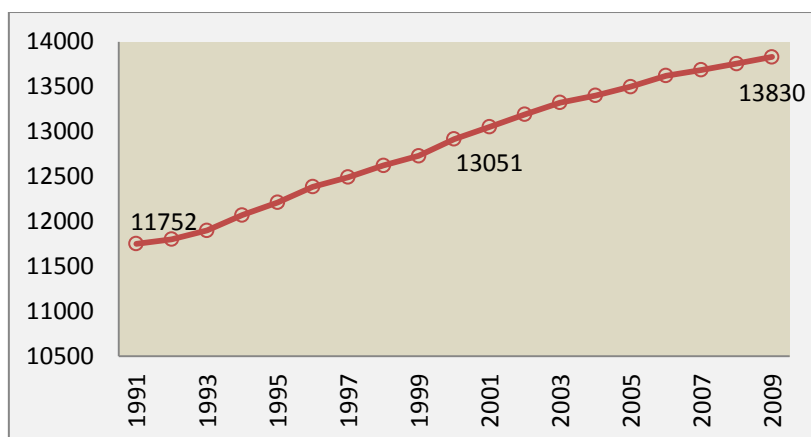
demográfico dos concelhos adjacentes e confere a Miranda do Corvo uma estrutura socioeconómica competitiva. Consciente deste cenário sociodemográfico favorável, Miranda do Corvo tem vindo a posicionar-se para os novos desafios, apostando na educação, formação e inclusão social como alicerces da qualidade de vida.

O Concelho de Miranda do Corvo tem com a cidade de Coimbra uma ligação regional mais forte, sendo dependente desta para um vasto leque de serviços e actividades comerciais, para além de haver uma intensa deslocação entre residentes e trabalhadores em ambos os Concelhos.

4.1 - Caracterização demográfica

A caracterização demográfica de um determinado território é essencial para o conhecimento das dinâmicas populacionais e assume um papel relevante na análise e interpretação das transformações sociais e demográficas que ocorrem num determinado período de tempo alargado. É importante, nesse sentido, conhecer e interpretar as oscilações na população considerando vários indicadores demográficos de modo a melhor retratar a realidade do Concelho de Miranda do Corvo, sobretudo do ponto de vista do crescimento económico, via força de trabalho e emprego. Por exemplo, uma população jovem e com elevada taxa de actividade tende, *ceteris paribus*, a desenvolver-se mais rapidamente.

Gráfico 4- Evolução da população residente em Miranda do Corvo (1991-2009), em número de habitantes



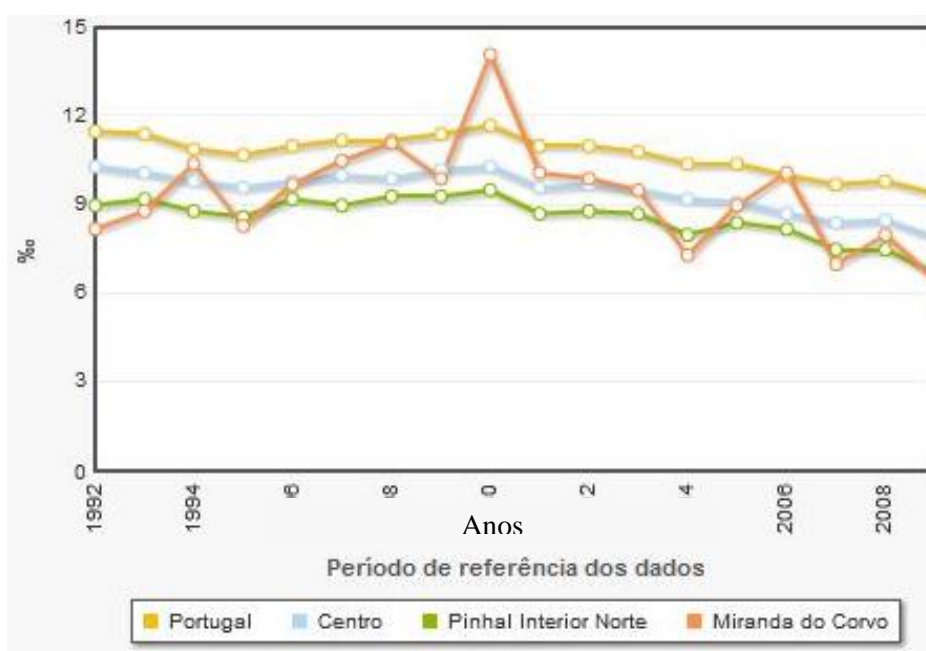
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

De acordo com o gráfico 4, tem-se verificado uma tendência de crescimento da população residente no concelho de Miranda do Corvo, correspondendo em 2009 a um aumento de mais de 17% relativamente a 1991 (primeiro período para o qual existem

dados disponíveis). Para tal, muito terá contribuído a deslocalização da população, sobretudo de grandes centros (Coimbra), em busca de habitação a preços mais baixos e, ainda assim, próximos do local de trabalho fruto das redes viária e ferroviárias existentes. Contudo, um factor que mitigou este crescimento foi o saldo natural negativo, resultado da taxa bruta de mortalidade superior à taxa bruta de natalidade registada ao longo do período considerado (1992-2009).

Os gráficos 5 e 6 ilustram a evolução das taxas de natalidade e mortalidade desde 1992.

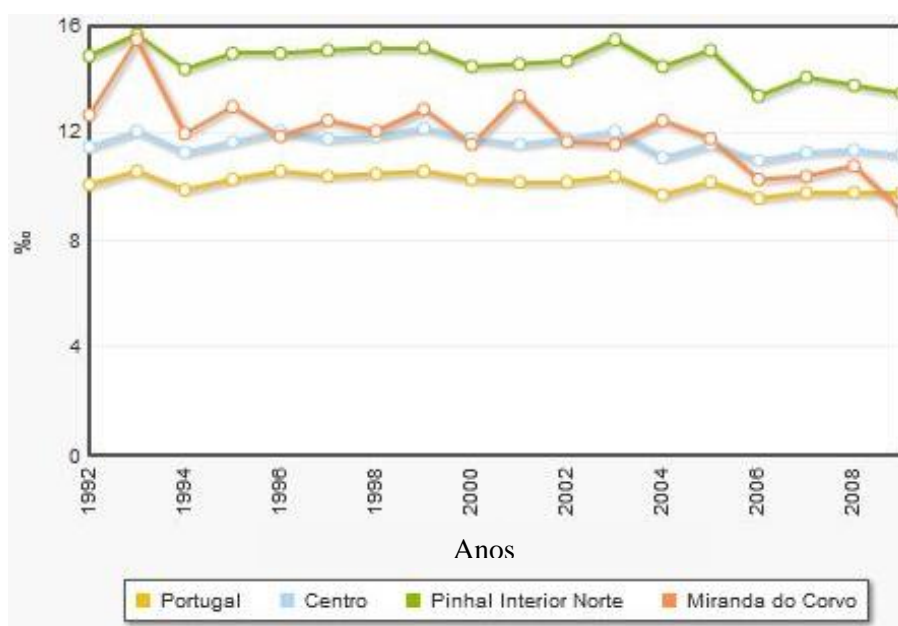
Gráfico 5 - Evolução da taxa bruta de natalidade (1992-2009)



Fonte: INE

Como se constata da leitura do gráfico 5, a taxa de natalidade tem registado grandes oscilações em Miranda do Corvo, dificultando a observação de uma tendência que é comum às restantes unidades territoriais analisadas (uma redução gradual da taxa de natalidade). Ainda assim, em 2009 atingiu-se o valor mínimo do período, com uma taxa bruta de natalidade de 6,5%.

Gráfico 6 - Evolução da taxa de mortalidade (1992-2009)



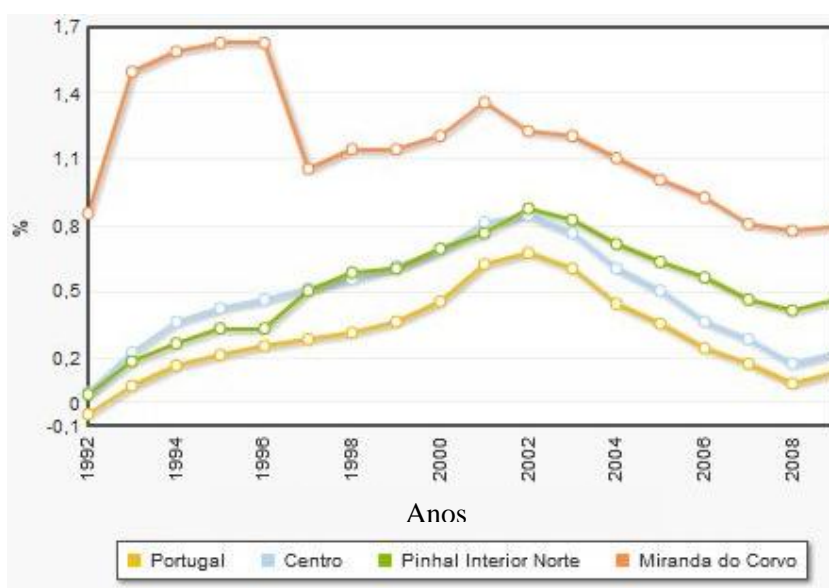
Fonte: INE

Também a taxa de mortalidade é bastante volátil neste período, no município (ver gráfico 6). Não se verificam, por exemplo, três anos consecutivos de aumento ou redução desta taxa embora nos últimos anos as reduções tenham maior amplitude que os aumentos, contribuindo para a menor taxa de mortalidade em 2009, com cerca de 9,1% (inclusive inferior à media nacional). De facto, a tendência nacional revela uma gradual deterioração do saldo natural¹⁰, tornando-se negativo a partir de 2007. Ainda assim, à escala regional considerada este resultado é mais evidente e numa escala maior, com o Pinhal Interior Norte a registar um saldo natural negativo de 6,8%, em 2009. Relativamente ao município de Miranda do Corvo, a evolução tem sido favorável, isto é, embora negativo, o saldo natural tem vindo a melhorar e aproximar-se de zero. Trata-se assim de um factor importante numa dinâmica de crescimento populacional que, em conjunto com outros, potenciem um próspero crescimento demográfico futuro.

Outro indicador que ajuda a ilustrar esta situação é a taxa de crescimento migratório (gráfico 7), que evidencia a evolução do fluxo de entradas e saídas no município de cidadãos portugueses ou estrangeiros, com origem/destino nacional ou internacional.

¹⁰ É a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo (geralmente um ano)

Gráfico 7 - Evolução da taxa de crescimento migratório (1992-2009)



Fonte: INE

Como se observa no gráfico 7, Miranda do Corvo tem registado valores elevados neste indicador quando comparado com as áreas territoriais em que se insere. Como referido, factores como a proximidade geográfica de Coimbra e o custo mais baixo da habitação podem justificar alguma atractividade do concelho para aí residir. De facto, os valores inicial e final registados são muito próximos, mas são igualmente valores mínimos do período, destacando-se das restantes áreas. Ainda assim, importa realçar a tendência decrescente deste indicador a partir 2001 (2002 nas outras áreas geográficas), e uma aparente inversão em 2008.

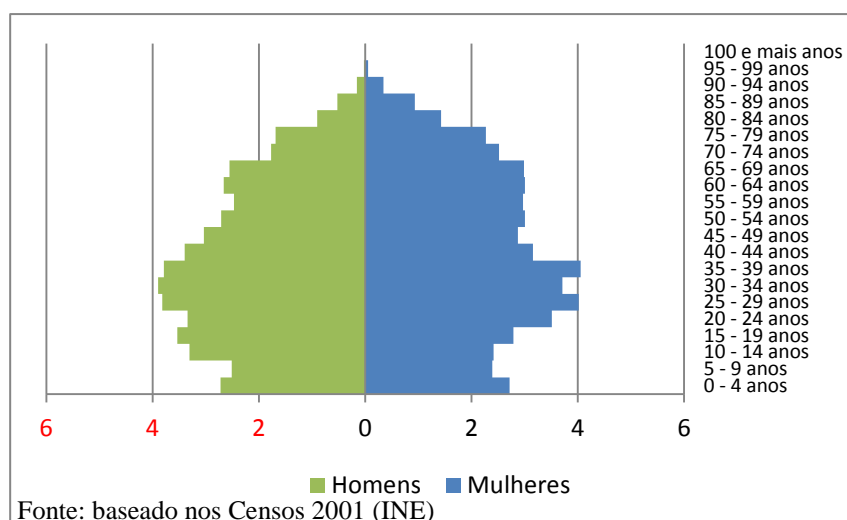
Quadro 3- Taxa de variação da população residente (1991 – 2001)

	Taxa de variação da população residente, em % (1991 – 2001)	Taxa de variação da população residente, em % (2001 – 2009)
Portugal	4,9	2,9
Centro	3,9	1,8
Pinhal Interior Norte	-0,6	-0,1
Miranda do Corvo	11,9	5,9

Fonte: INE

O Quadro 3 sugere que o concelho de Miranda do Corvo tem crescido, em termos de população residente, a taxas mais elevadas que os territórios mais alargados a que pertence. De facto, no período intercensitário 1991-2001, Miranda do Corvo registou um crescimento de quase 12%, em contraste com um decréscimo (ainda que ligeiro) no Pinhal Interior Norte. Tanto a Região Centro como Portugal no seu todo aumentaram o número de residentes, com taxas de crescimento de 3,9% e 4,9%, respectivamente. No entanto, no período 2001-2009 (segundo estimativas do INE), e apesar de se manterem as tendências do período anterior, a amplitude das taxas de crescimento diminuiu em todos os territórios considerados, sendo que Miranda do Corvo registou uma variação de 5,9%.

Figura 5 - Estrutura etária da população de Miranda do Corvo (2001)

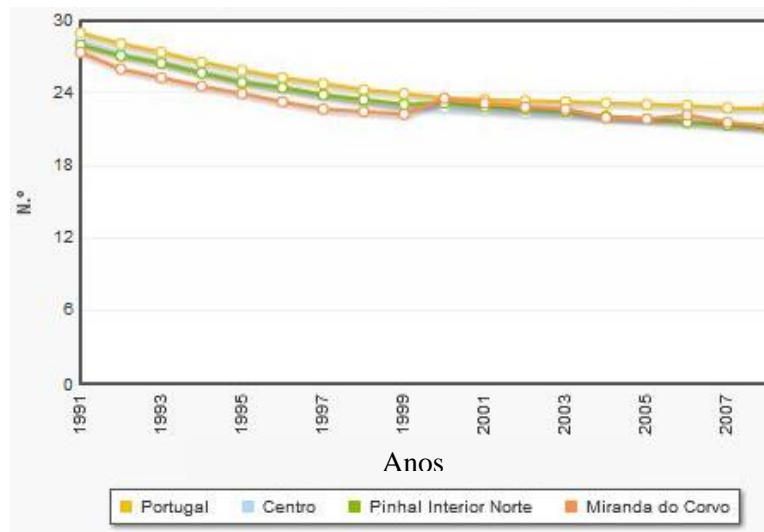


A figura 5 diz respeito à estrutura etária de Miranda do Corvo e constata-se, pela largura da zona intermédia da pirâmide (indivíduos em idade adulta) face à base (indivíduos jovens) que o concelho se caracteriza por um modelo de população adulta. Este cenário expressa, também, um valor relativamente significativo de indivíduos com idade superior aos 65 anos, facto que indicia um certo grau de envelhecimento da população sem a devida renovação.

No seguimento desta análise, os gráficos 8 e 9 pretendem ilustrar a evolução dos índices de dependência de jovens e idosos¹¹ entre 1991 e 2008.

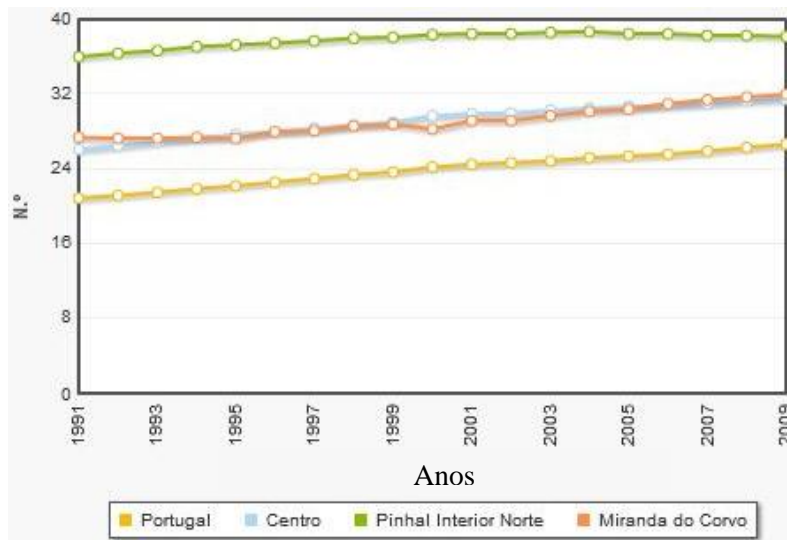
¹¹ O índice de dependência de jovens expressa a relação entre a população jovem (0-14 anos) e a população em idade activa (15-64 anos). O índice de dependência de idosos expressa a relação entre a população idosa (mais de 65 anos) e a população em idade activa (15-64 anos).

Gráfico 8 - Evolução do índice de dependência de jovens (1991-2008)



Fonte: INE

Gráfico 9 - Evolução do índice de dependência de idosos (1991-2009)

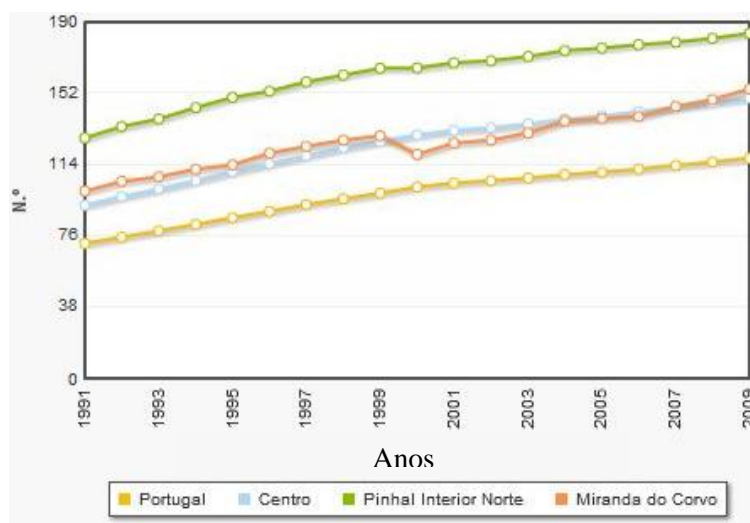


Fonte: INE

Pela análise dos gráficos 8 e 9, referentes aos índices de dependência de jovens e idosos, sublinha-se novamente uma tendência para o envelhecimento da população, em todas as áreas territoriais analisadas, e em particular o concelho de Miranda do Corvo. Relativamente aos jovens, o seu índice de dependência tem vindo a diminuir de forma gradual mas contínua, em contraponto com o índice de dependência dos idosos. De facto, em 1991, jovens e idosos eram igualmente dependentes, mas actualmente os valores são bem diferentes (21,3, em 2008, nos jovens e 32, em 2009, nos idosos).

Outro indicador ilustrativo desta tendência é o índice de envelhecimento¹² (gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução do índice de envelhecimento (1991-2009)



Fonte: INE

Esta ideia do gradual envelhecimento da população vem expresso no gráfico 10, que indica a evolução do índice de envelhecimento da população. De acordo com o gráfico, este índice era próximo de 100 (igual número de jovens e idosos) em 1991 para o Concelho de Miranda do Corvo e em 2009 foi de 154,3, muito superior quando comparado com o valor para Portugal (117,6), mas menor que na NUTS III a que pertence (184,1). Significa que, por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos existem, no concelho, cerca de 154 idosos. As mudanças sociais e económicas associadas ao envelhecimento da população são susceptíveis de ter profundas implicações regionais, estendendo-se aos domínios políticos, com impactos sobre a população em idade escolar, saúde, participação na força de trabalho, protecção social, segurança social, finanças públicas, entre outros.

¹² O índice de envelhecimento estabelece a relação entre a população idosa (acima dos 65 anos) e a população jovem (0-14 anos).

Quadro 4- Densidade populacional

	Densidade populacional (hab/Km ²)			Varição 1991-2001 (%)	Varição 2001-2009 (%)
	1991	2001	2009		
Portugal	107,07	112,38	115,4	4,96	2,69
Centro	80,09	83,27	84,4	3,97	1,36
Pinhal Interior Norte	53,28	52,94	52,4	-0,64	-1,02
Miranda do Corvo	92,38	103,42	109,4	11,95	5,78

Fonte: INE

Como se verifica no quadro 4, e como seria de esperar dado o crescimento da população no concelho de Miranda do Corvo, a densidade populacional aumentou no período intercensitário cerca de 12%, bastante acima das taxas de variação registadas nas restantes áreas territoriais analisadas. No período seguinte, e embora mais curto (2001-2009) esta tendência mantém-se, registando-se uma menor amplitude na variação da densidade populacional. De facto, é de salientar este crescimento em Miranda do Corvo visto que a NUTS III onde se insere tem registado uma ligeira, mas sucessiva, diminuição da densidade populacional que pode traduzir uma deslocalização da população de outros concelhos da região para Miranda do Corvo.

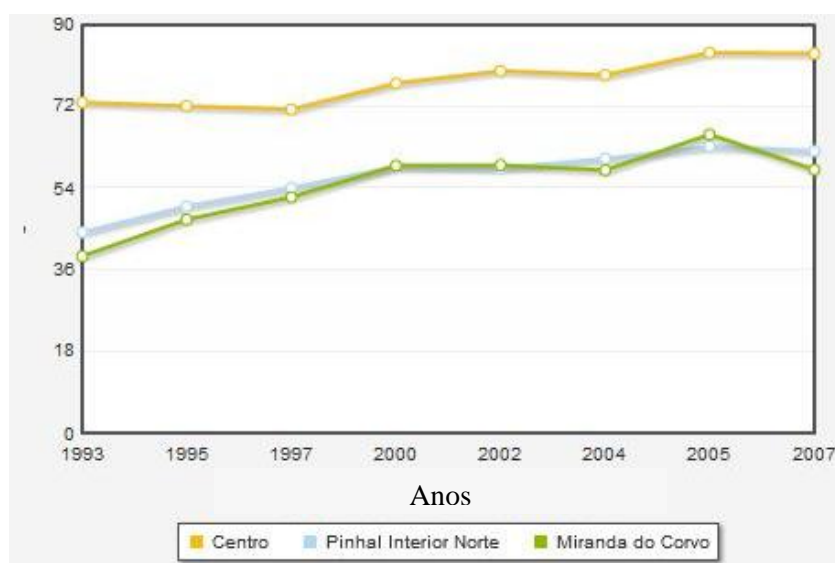
4.2 - Caracterização Económica

A dificuldade de, à escala concelhia, encontrar medidas quantificadas sobre o rendimento ou o consumo das famílias no sistema estatístico português levou a adoptar o “Estudo sobre o poder de compra concelhio” do INE publicado em 2008, mas referente ao ano de 2007, como documento de referência para a análise das dinâmicas económicas do Concelho de Miranda do Corvo.

Um dos indicadores que melhor evidencia a capacidade económica de uma região é o poder de compra concelhio *per capita*¹³, expresso no gráfico 11.

¹³ O poder de compra concelhio, avaliado através do indicador per capita (IpC), compara o poder de compra manifestado quotidianamente nos diferentes municípios e regiões com o valor médio de referência nacional, correspondente ao índice 100. A distribuição regional do poder de compra per capita coloca em evidência as assimetrias inter e intra-regionais e facilita também a percepção da relação entre o grau de urbanização e o nível de poder de compra dos municípios.

Gráfico 11 – Evolução do poder de compra (1993-2007)

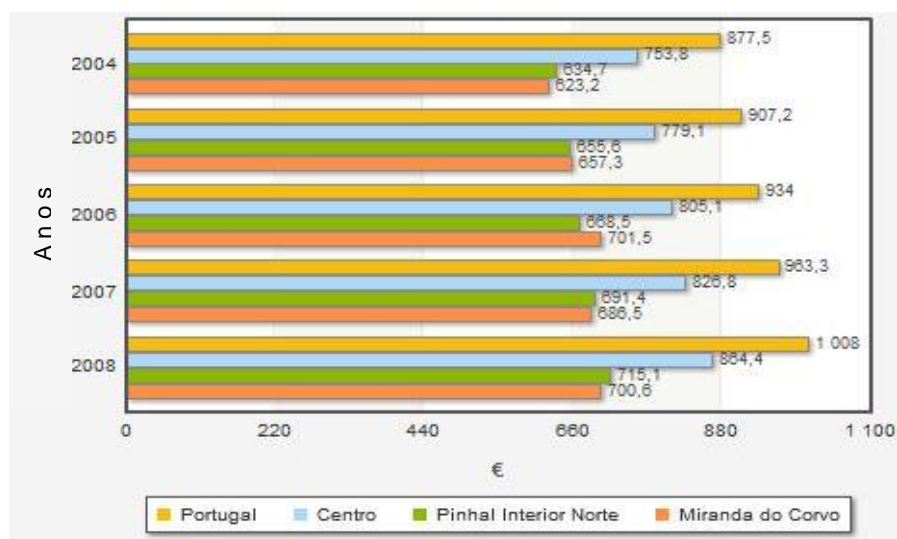


Fonte: INE

O gráfico 11 revela uma aproximação do concelho de Miranda do Corvo tendo como referência Portugal, em termos de poder de compra per capita. De 1993 a 2005 o concelho registou uma evolução bastante significativa, contraindo nos anos seguintes para os quais existem dados. Por um lado, o acréscimo populacional tenderia a reduzir o poder de compra concelhio, se se mantivesse constante o rendimento. Porém, ao aumento supracitado da população está também subjacente um acréscimo mais que proporcional no rendimento total, motivado pela deslocalização das zonas urbanas para zonas mais periféricas, de que Miranda do Corvo é exemplo. No entanto, este fenómeno não é tão evidente e conjugado com o constante envelhecimento populacional permite mitigar, e mesmo reduzir, o poder de compra concelhio nos últimos anos.

Também ao nível do ganho médio mensal (gráfico 12) é possível verificar uma evolução positiva no concelho de Miranda do Corvo, com uma variação semelhante à registada nas restantes zonas geográficas analisadas. Ainda assim, é importante constatar que o diferencial de ganho mensal é de mais de 300€ em relação à média nacional, o que evidencia um baixo poder aquisitivo dos residentes. Como tal, não é por esta via que as disparidades regionais se têm vindo a reduzir.

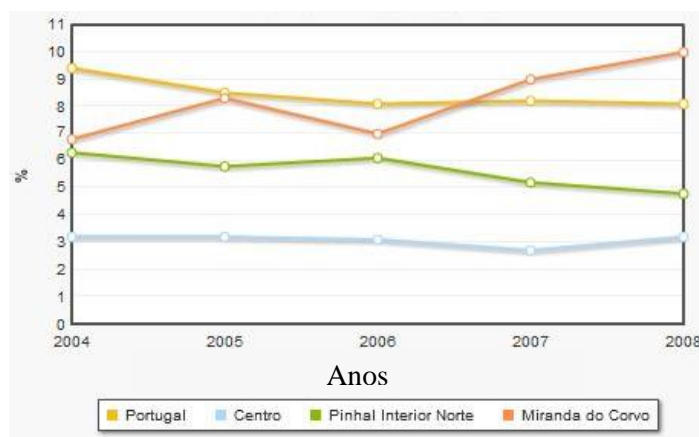
Gráfico 12 – Ganho médio mensal (2004-2008)



Fonte: INE

Os gráficos 13 e 14 ilustram a evolução das disparidades salariais entre sectores de actividade e níveis de habilitação¹⁴. As conclusões são semelhantes, ambas têm evoluído da mesma forma no concelho de Miranda do Corvo, traduzindo-se num agravamento das disparidades entre 2004 e 2008. Quer isto dizer que cada vez mais o nível de instrução confere uma maior remuneração aos indivíduos, servindo de incentivo à melhoria das habilitações de cada um, que possam, posteriormente, ser incorporadas na sociedade com benefícios comuns, em termos de desenvolvimento social e económico.

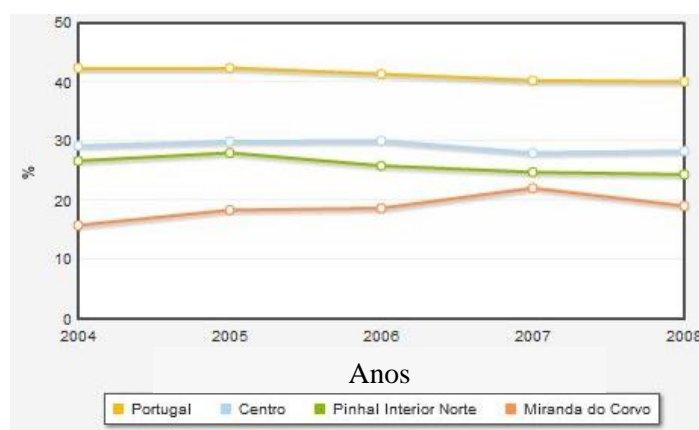
Gráfico 13 – Disparidade no ganho médio mensal entre sectores actividade



Fonte: INE

¹⁴ A disparidade no ganho médio mensal entre sectores de actividade traduz, em percentagem, o coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sector de actividade no total do emprego. Relativamente à disparidade no ganho médio mensal entre níveis de habilitação refere-se ao coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego dos diversos níveis de habilitação.

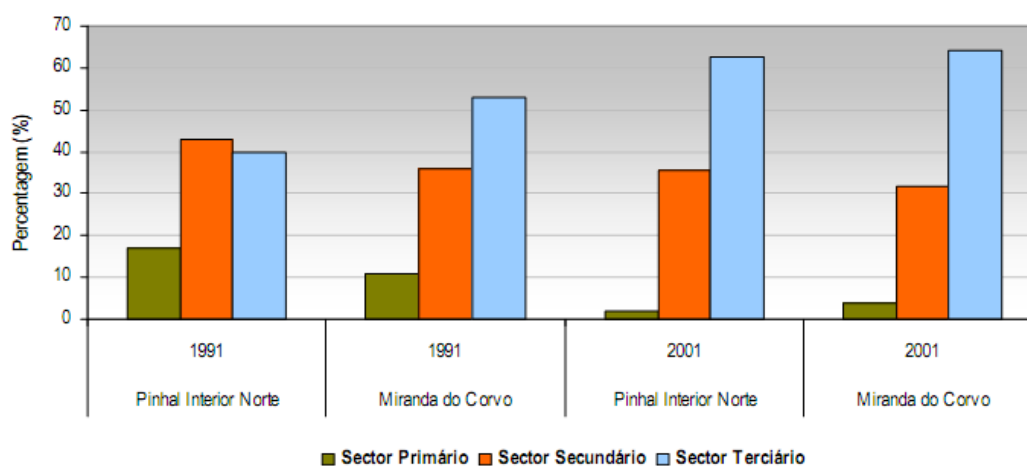
Gráfico 14 – Disparidade no ganho médio mensal entre níveis de habilitação



Fonte: INE

O gráfico 15 desagrega a população empregada em cada região, de acordo com o sector em que se insere. E de facto, Miranda do Corvo emprega predominantemente no sector terciário, dos serviços, com cerca de 64% do total do emprego, demonstrando uma elevada capacidade para terceirizar a sua economia. Este valor tão elevado (mesmo comparado com Portugal, remete para segundo plano os outros dois sectores de actividade (agricultura e indústria). Na óptica do crescimento e desenvolvimento, esta morfologia aproxima-se do modelo de economias desenvolvidas, com a deslocalização da indústria para áreas económica e geograficamente mais rentáveis, e o gradual mas continuo abandono das actividades ligadas à agricultura.

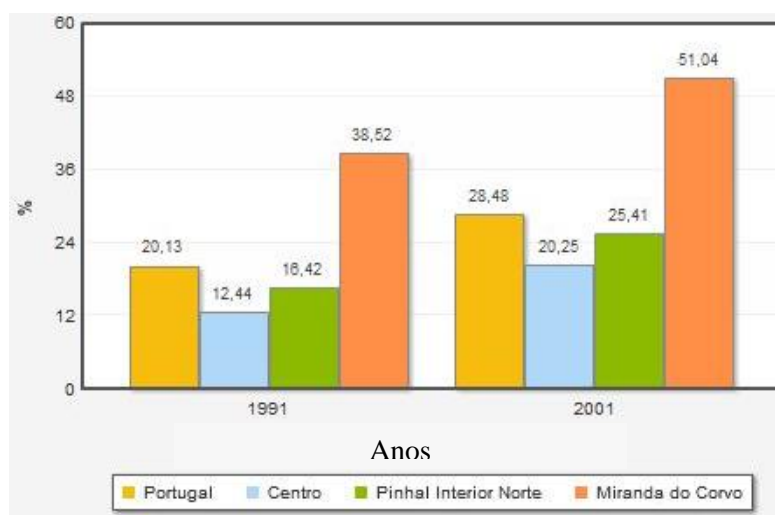
Gráfico 15 – Desagregação sectorial do emprego



Fonte: Conselho Local de Acção Social de Miranda do Corvo

O gráfico 16 expressa a elevada mobilidade da população de Miranda do Corvo. Note-se que em 2001 mais de metade da população residente trabalhava ou estudava fora do município. Relativamente a 1991, este indicador aumentou em quase 13 pontos percentuais, evidenciando por um lado alguma carência de emprego na região, mas também a facilidade de acesso a regiões vizinhas, sobretudo a Coimbra

Gráfico 16 – Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município

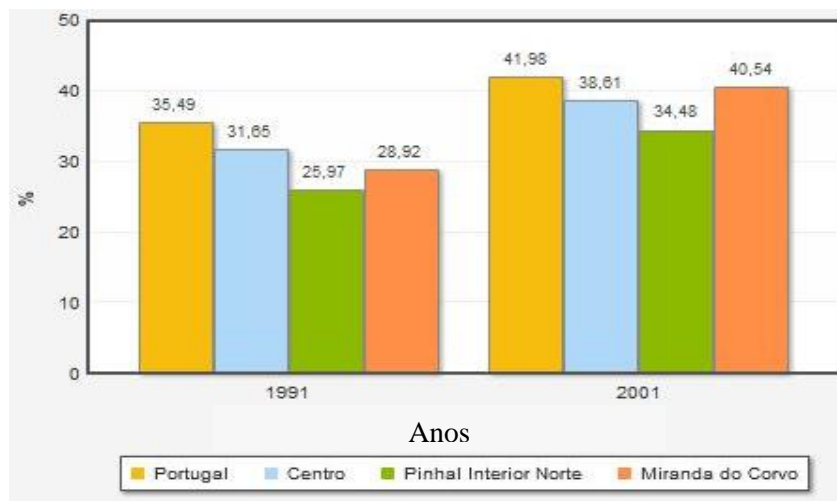


Fonte: INE

No que diz respeito à taxa de actividade feminina¹⁵ (gráfico 17) verifica-se um aumento bastante significativo (mais de 11 pontos percentuais) em Miranda do Corvo, superior ao registado nas outras regiões consideradas. O município caminha, assim, para a igualdade entre homens e mulheres no que se refere à participação no mercado de trabalho e vida activa.

¹⁵ Taxa que permite definir o peso da população activa feminina sobre o total da população.

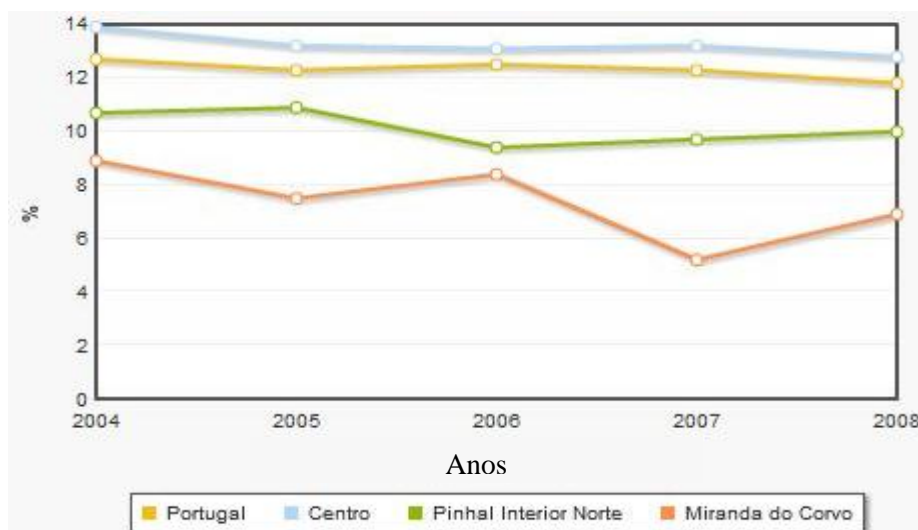
Gráfico 17 – Taxa de actividade feminina



Fonte:INE

Outro indicador que traduz essa trajetória para a igualdade de género é o da disparidade salarial, por sexos, expresso no gráfico 18.

Gráfico 18 – Disparidade no ganho médio mensal entre sexos (2004-2008)



Fonte: INE

Como se observa, Miranda do Corvo apresenta a menor taxa das quatro regiões e sub-regiões comparadas. Apesar do comportamento oscilante deste indicador, o valor final (de 2008) situa-se abaixo do inicial (2004), evidenciando um percurso favorável à homogeneização salarial, isto é, independente do género do individuo assalariado.

4.3 - Educação

A existência de uma inter-relação (positiva) entre os níveis de educação e de desenvolvimento de um país parece ser um facto merecedor de um consenso generalizado¹⁶. Deste ponto de vista, o investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento mas também este, por sua vez, pode gerar acréscimos no nível educacional da população, em geral, sendo certo que esta outra vertente da interacção entre aqueles dois elementos é a que se revela menos estudada ou considerada. Individualmente a educação é um elemento fundamental no crescimento económico por via da produtividade do trabalhador. Este aumento da produtividade, quando acompanhado de aumentos de salários, resulta em acréscimos no nível de vida. No que diz respeito aos benefícios sociais, a educação, sendo um aumento no capital humano, é também importante na formação de capital social, o qual, aparentemente, tem um efeito positivo sobre o crescimento económico. No tradicional modelo de crescimento de Solow (1957), o factor humano é considerado residual, sendo explicitamente considerado por Lucas (1988). Neste modelo os indivíduos dividem o seu tempo entre duas actividades: adquirir conhecimentos através da escola (aumentando assim o seu nível de capital humano) ou participar no processo de produção de bens e serviços. O acréscimo de capital humano de um indivíduo não beneficia apenas esse indivíduo mas também a sociedade em geral porque o nível agregado de capital humano na economia contribui para o aumento da produtividade dos outros factores na economia. Os modelos de crescimento endógeno baseados em I&D, por Romer (1990) enfatizam também o nível de capital humano. Este é um determinante da oferta de novas ideias e novas tecnologias, introduzindo a importância da criatividade. O investimento em capital humano é fundamental, neste modelo, ao permitir inovação ou progresso ao nível da utilização de capital físico que, por sua vez, influenciará a taxa de crescimento económico. Romer argumenta que o capital humano é um determinante da taxa de crescimento económico dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos devido ao seu efeito no capital físico.

¹⁶ Ver, por exemplo, (Vare e Scott, 2007)

Gráfico 19 – Taxa de analfabetismo (1991-2001)



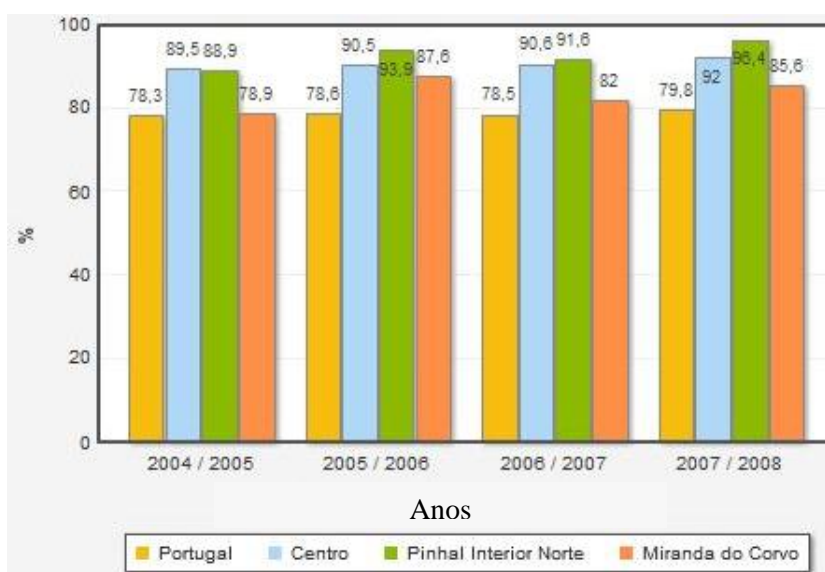
Fonte: INE

Entre 1991 e 2001 registou-se uma diminuição de cerca de quatro pontos percentuais na taxa de analfabetismo, de 13,4% para 9,6%, em Miranda do Corvo (ver gráfico 19). Esta redução encontra-se em linha com o que se verificou nas restantes áreas analisadas e deriva de uma lógica de preocupação nacional em melhorar as competências e o nível de instrução da população. Espera-se que nos anos mais recentes esta tendência se tenha mantido.

A taxa bruta de pré-escolarização¹⁷ (gráfico 20) em Miranda do Corvo encontra-se acima dos 80% desde 2005/2006, registando 85,6% no último ano lectivo para o qual existem dados disponíveis. Trata-se de um valor relativamente baixo, quando comparado com as restantes unidades territoriais consideradas (mesmo sendo superior à media nacional). Este facto pode indiciar alguma tendência (e disponibilidade) para criar e educar as crianças, em idade pré-escolar, em casa visto que não é por falta de estabelecimentos de ensino pré-escolar no município (oito públicos e um privado). A este factor pode também estar associado à grande mobilidade da população, tornando-se mais prático para os pais colocarem os filhos em estabelecimentos de ensino próximos do local de trabalho, fora do município.

¹⁷ Quociente entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e a população residente com idade entre 3 a 5 anos

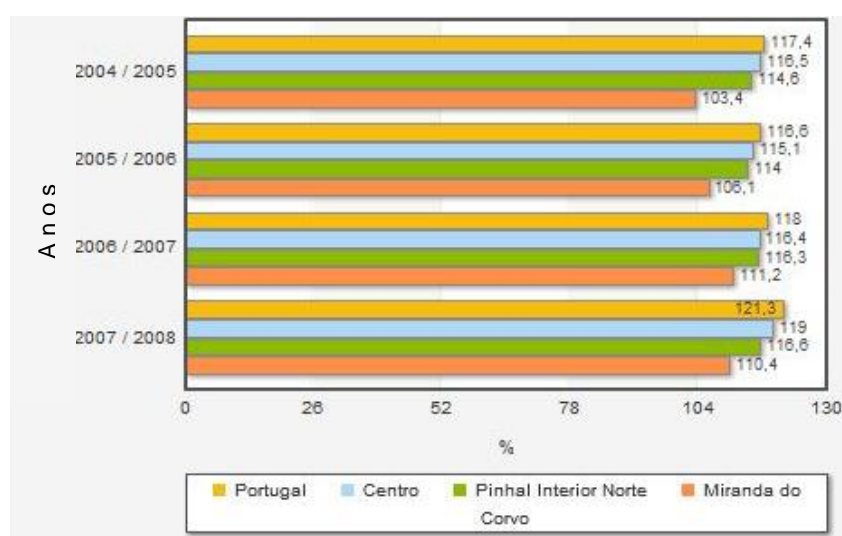
Gráfico 20 – Taxa bruta de pré-escolarização (2004-2008)



Fonte: INE

O gráfico 21 revela a evolução da taxa bruta de escolarização no ensino básico¹⁸, desde 2004/2005 em Miranda do Corvo e nas sucessivas NUTS em que se insere. Como se constata, Miranda do Corvo apresenta algum atraso neste indicador comparativamente às restantes áreas geográficas. Ainda assim, apresenta uma trajectória de aproximação a todas elas, sobretudo ao Pinhal Interior Norte, que pouco tem evoluído neste indicador.

Gráfico 21 – Taxa bruta de escolarização no básico (2004-2008)

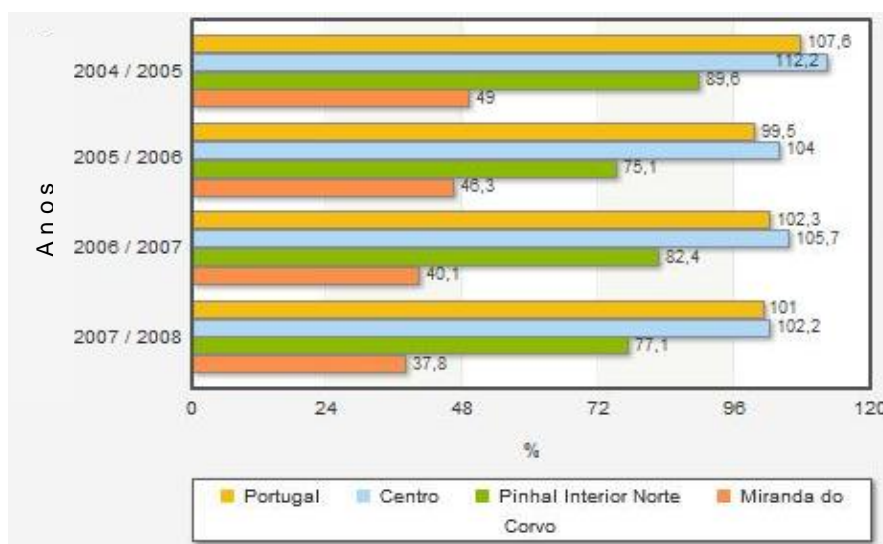


Fonte: INE

¹⁸ Proporção da população residente que está a frequentar este grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

No gráfico 22 podemos verificar uma tendência decrescente, em todas as áreas analisadas, da taxa bruta de escolarização no ensino secundário¹⁹. No entanto, a situação mais preocupante é precisamente no município de Miranda do Corvo, que apresenta apenas 37,8% de alunos matriculados no ensino secundário, do total da população com idade normal para o frequentar. Um valor baixo, sobretudo se tivermos em conta que poderão existir indivíduos a frequentar este ciclo de estudos fora da idade normal de o fazer. Em 2007/2008, o ano lectivo mais recente para o qual existem dados, Miranda do Corvo tem menos de metade da percentagem obtida no Pinhal Interior Norte e quase um terço da média nacional.

Gráfico 22 – Taxa bruta de escolarização no secundário (2004-2008)



Fonte: INE

Bastante mais animador que o último indicador analisado é a taxa de abandono escolar²⁰ (gráfico 23). De facto no período intercensitário 1991-2001, esta taxa sofreu uma redução significativa e muito positiva, de 11,2% para 1,3%, em Miranda do Corvo. Esta foi uma tendência observada nas restantes áreas consideradas e revela um esforço nacional (e regional) para a manutenção dos jovens nos estabelecimentos de ensino até completarem a escolaridade obrigatória vigente.

¹⁹ Proporção da população residente que está a frequentar este grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

²⁰ Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei

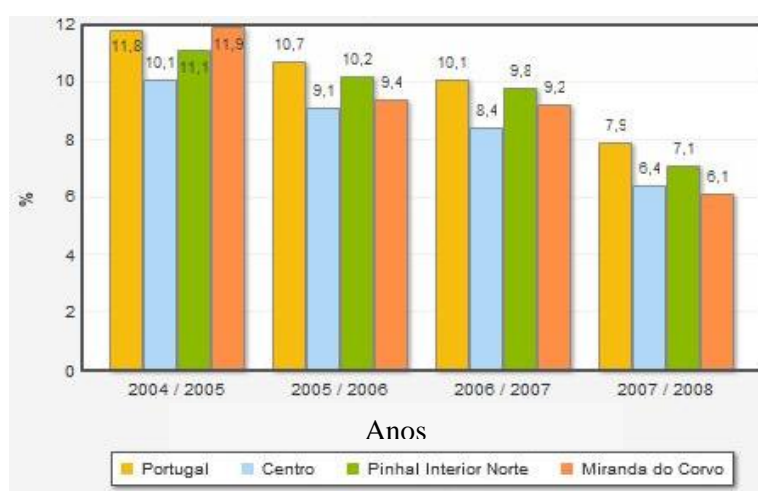
Gráfico 23 - Taxa de abandono escolar (1991-2001)



Fonte: INE

O gráfico 24 mede a evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico²¹ em Miranda do Corvo e nas respectivas NUTS em que se inclui. Nele se constata a sucessiva redução deste indicador em todas as unidades territoriais, salientando-se, uma vez mais, o município de Miranda do Corvo. É bem evidente o seu trajecto favorável, pois nos quatro anos lectivos considerados passou da taxa mais elevada (11,9%) para a mais reduzida (6,1%), a que deve estar associado uma melhor qualidade do ensino ministrado, bem como das condições proporcionadas aos alunos.

Gráfico 24 – Taxa de retenção/desistência no ensino básico

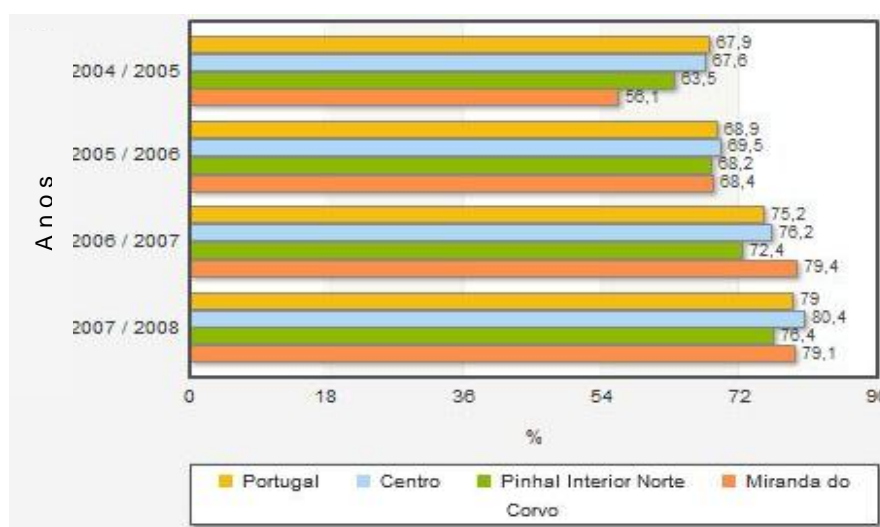


Fonte: INE

²¹ Percentagem de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade em relação ao total de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano lectivo

No seguimento da análise anterior, o gráfico 25 analisa a taxa de transição/conclusão no ensino secundário²², para o mesmo período e com as mesmas áreas geográficas. Também aqui é notório o esforço nacional e regional na promoção de mais e melhor educação, visto que todas as regiões evoluíram favoravelmente neste indicador. Miranda do Corvo é o melhor exemplo, dado que em quatro anos a taxa de transição/ conclusão no ensino secundário aumentou cerca de 23% (de 56,1% para 79,1%) , situando-se em 2007/2008 semelhante à média nacional.

Gráfico 25 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (2004-2008)



Fonte: INE

4.4 – Saúde

O sector da saúde é de extrema importância no crescimento e desenvolvimento de uma região na medida em que proporciona mais e melhores condições à população, ao nível do acesso e dos serviços prestados, garantindo elevado grau de bem-estar. Esse nível de bem-estar confere à população melhores índices físicos, maior capacidade de raciocínio e contraria o absentismo, factores determinantes na dinâmica regional.

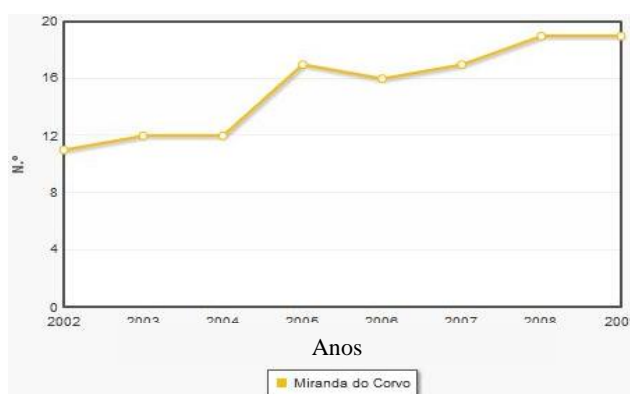
No entanto a sua definição não é óbvia, e não é de fácil quantificação. Ao passo que a educação pode ser medida por anos de escolaridade e a construção de estradas por quilómetros de asfalto, não é fácil medir o agregado da saúde de um país. Isso, por sua

²² Percentagem de alunos do ensino secundário regular que no final do ano lectivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) em relação ao total de alunos matriculados no ensino secundário regular, nesse ano lectivo.

vez, torna difícil determinar os efeitos sobre o crescimento. Em geral, a saúde é entendida como ausência de factores negativos como mortalidade infantil, ou pela esperança de vida, que é, por sua vez, fortemente influenciada pela mortalidade infantil. Contudo, a morte de uma criança antes do seu primeiro aniversário é rara mesmo em países que sofrem taxas elevadas de mortalidade, fornecendo assim uma medida incompleta.

Miranda do Corvo possui, actualmente, um centro de saúde e uma extensão de centro de saúde, mas encontra-se próximo de Coimbra e, conseqüentemente, dos hospitais aí existentes. Dispõe ainda de três farmácias, bem localizadas, facilitando o acesso dos utentes aos medicamentos de que necessitam. É visível, no gráfico 26, que tem existido um reforço do quadro médico no município, que totalizava, em 2009, 19 médicos, distribuídos pelas duas unidades de saúde do concelho.

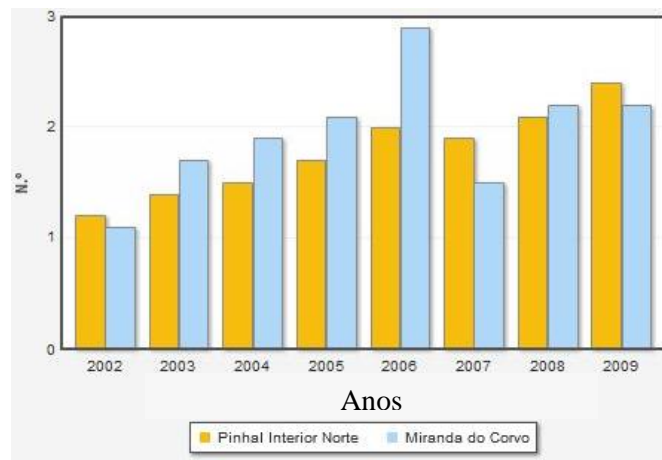
Gráfico 26 – Evolução do número de médicos no concelho de Miranda do Corvo (2002-2009)



Fonte: INE

Também ao nível da enfermagem se verificam evoluções positivas, expressas no gráfico 27. É verdade que Miranda do Corvo teve em 2006 cerca de 3 enfermeiros por cada 1000 habitantes, mas tratou-se de um valor anormal face às reais necessidades do concelho, bem como das instalações existentes, pois corresponderia a quase 50 profissionais de enfermagem. Actualmente, e segundo os dados mais recentes, possui 2,2 enfermeiros por 1000 habitantes, correspondentes a cerca de 30 indivíduos.

**Gráfico 27 – Evolução do número de enfermeiros por cada 1000 habitantes
(2002-2009)**



Fonte:INE

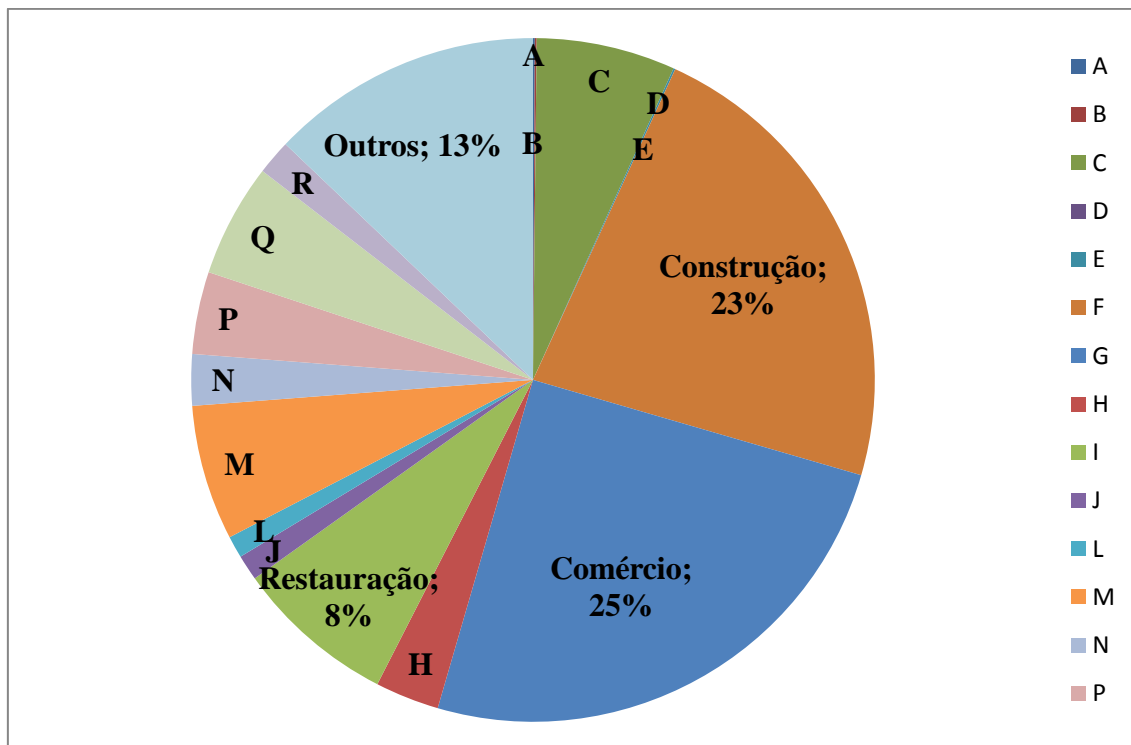
4.5 - Dinâmica Empresarial

Apesar da dinâmica demográfica positiva, o Concelho caracteriza-se por uma economia com oscilações, reflexo de um tecido económico constituído, fundamentalmente, por microempresas (empresas em nome individual de pequena dimensão). A cooperação empresarial e a inovação são ainda matérias pouco abordadas nas empresas existentes no Concelho de Miranda do Corvo. Contudo, é possível referir casos de sucesso em sectores como a cerâmica ou o têxtil, em empresas que apostaram em novos produtos e na inovação. A carência de espaços de acolhimento empresarial é também uma área de melhoria a ter em consideração, sendo importante qualificar os existentes e construir novos, numa lógica de qualidade e complementaridade. Tendo consciência desta debilidade, a Câmara Municipal está a promover a criação de dois novos pólos industriais.

Nesta óptica, importa realçar alguns indicadores da dinâmica empresarial do concelho. O tecido empresarial é composto por 1156 empresas, maioritariamente por individuais (cerca de 73%), e compostas por menos de 10 trabalhadores (97,9%). De referir que nenhuma empresa opera com mais de 50 trabalhadores. O gráfico 28 desagrega as 1156 empresas de acordo com o ramo de actividade a que está afecto, em consonância com a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3

(CAE-Rev3). Como se verifica, os sectores da construção e do comércio são os que reúnem maior número de empresas, seguidos da restauração e alojamento.

Gráfico 28 – Empresas por sector de actividade²³, em Miranda do Corvo (2008)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, 2009

4.6. Infra-estruturas e organizações de apoio à actividade económica

A existência de um ambiente estruturado de apoio à actividade económica é um factor essencial para a atracção do investimento privado. Tal ambiente, por sua vez pressupõe a existência de infra-estruturas, organizações de apoio e instrumentos legais que facilitem a criação de vínculos fortes entre as empresas e o Concelho. Miranda do Corvo atravessa uma fase de transição relativamente a infra-estruturas e organizações de apoio à actividade económica. A percepção de uma concorrência forte na captação de

²³ A-Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B-Indústrias Extractivas; C-Indústrias Transformadoras; D-Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E-Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F-Construção; G-Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H-Transportes e armazenagem; I-Alojamento, restauração e similares; J-Actividades de informação e de comunicação; L-Actividades Imobiliárias; M-Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N-Actividades administrativas e dos serviços de apoio; P-Educação; Q-Actividades de saúde humana e apoio social; R-Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas; S-Outras Actividades de serviços

investimentos reforçou a necessidade de consolidar uma estratégia municipal neste domínio. Em termos infra-estruturais, no Concelho de Miranda do Corvo existe apenas uma zona industrial localizada na sede de Concelho (estando prevista a criação de dois novos pólos industriais).

As estruturas imateriais também desempenham um papel essencial no desenvolvimento económico. Em Miranda do Corvo existe a Unidade de Inserção na Vida Activa – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento (UNIVA) e o Serviço de Apoio Local ao Empresário (SALE). Ambos operam como facilitadores no acesso à informação, permitindo um maior conhecimento do mercado externo, numa lógica de incentivo ao empreendedorismo. A UNIVA, criada em 2002, tem como prioridade o apoio a jovens e adultos desempregados na sua inserção ou reinserção profissional, em cooperação com os centros de emprego. Presta apoio no recrutamento de pessoal, na integração de estagiários com qualificação profissional e na divulgação de medidas de apoio à contratação. O SALE é o reflexo de um protocolo de colaboração institucional entre o Município de Miranda do Corvo e a Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) que visa o desenvolvimento empresarial à escala concelhia e regional, através da transferência de informação entre as entidades e o tecido económico.

4.7 - Acessibilidade Nacional e Regional

A rede viária do Concelho de Miranda do Corvo é assegurada, essencialmente, pela EM633, EN17-1 e EN342. Estes são os principais eixos de estruturação concelhia e de ligação à rede de mobilidade supramunicipal, uma vez que o município não é directamente servido pela rede de Itinerários Principais ou Complementares.

A EN17-1 é a via que permite a ligação ao Concelho de Penela e ao troço do IC3 já concretizado a Sul. A ligação entre a sede concelhia e a sede distrital depende da EM633 (por Ceira), cujo perfil e traçado não se coaduna com um papel de eixo de distribuição. A ligação a Coimbra assegurada pela EN17, ou Estrada da Beira, apresenta algumas deficiências devido ao enorme acréscimo de tráfego, fruto dos movimentos pendulares verificados. Na EN17, em horários de congestionamento (início da manhã e fim do dia), o tempo despendido no percurso Miranda do Corvo-Coimbra é muito superior ao que seria necessário para percorrer os 28 km que distanciam estes dois

aglomerados populacionais, que, em período normal, corresponde a aproximadamente 30 minutos de viagem.

Para além da acessibilidade rodoviária, existia a acessibilidade ferroviária como factor crucial para o desenvolvimento local e regional. A ligação ferroviária era efectuada pelo Ramal da Lousã que liga Coimbra a Serpins. Para este ramal está em estudo o projecto de transformação da ligação ferroviária em Metro de Superfície. A concretização deste projecto fará diminuir significativamente o tempo de percurso e aumentar a qualidade e segurança do transporte ferroviário, que passa a ser uma alternativa mais apelativa. Contudo, os trabalhos estão suspensos devido aos cortes na despesa do Estado e o projecto está parado, motivando o descontentamento da população que encetou vários manifestos contra essa mesma suspensão. Nesta altura, o transporte é assegurado pelos Serviços Alternativos, através do transporte rodoviário entre Coimbra e Serpins enquanto decorre o processo do Metro Mondego.

4.8 - Ambiente Urbano e Qualidade de Vida

Uma estratégia de inovação, competitividade e empreendedorismo equivale a uma aposta clara em emprego, produtividade e pessoas. Num território como Miranda do Corvo, no qual se regista um progressivo crescimento demográfico, surgem novos constrangimentos e nascem novas necessidades, assumindo-se como fundamental a oferta de um ambiente urbano de qualidade, capaz de sustentar a nova realidade demográfica, bem como de atrair novos habitantes e manter os que aqui residem e trabalham.

Quadro 5 - Índice Nacional de Desenvolvimento Social

	2000		2006	
	IDS	CLASSE IDS	IDS	CLASSE IDS
Portugal	0,878	IDS 3	0,915	IDS 4
Miranda do Corvo	0,863	IDS 3	0,920	IDS 4
Lousã	0,897	IDS 3	0,956	IDS 4
Vila Nova de Poiares	0,859	IDS 3	0,916	IDS 4
Penela	0,855	IDS 2	0,911	IDS 4

Fonte: Direcção Geral das Autarquias Locais.

O Índice Nacional de Desenvolvimento Social²⁴ (IDS), apresentado no quadro 5, revela que o Município de Miranda do Corvo se encontra numa posição de destaque, uma vez que apresenta o segundo valor mais elevado, comparativamente às regiões circundantes, e superior à média nacional. As políticas municipais têm vindo a estabelecer um território com um elevado nível de cobertura da rede de equipamentos de serviço e apoio à população. A rede educativa é constituída por equipamentos de qualidade, nos quais são disponibilizados os recursos materiais e humanos adequados ao sucesso do percurso educativo individual.

No que concerne a equipamentos socio-culturais, a rede existente no Concelho é diversificada e abrange todo o território municipal. Este dispõe de condições de fomento às actividades sociais e culturais, preocupação visível na diversidade dos equipamentos disponíveis. A Biblioteca Municipal Miguel Torga, com oferta em diversas áreas funcionais, o Cinema de Miranda do Corvo, dotado de uma moderna sala, o Museu da Tanoaria ou o Observatório Astronómico são exemplos de destaque a este nível.

Como já referido anteriormente, Miranda do Corvo possui uma forte rede de apoio social, visível num conjunto diversificado de instituições e organismos locais que se complementam, quer nos espaços, quer nas valências dos serviços que prestam à população. A Rede Social e o correspondente Conselho Local de Acção Social (CLAS) constituem a plataforma de excelência para a inclusão e a solidariedade, congregando diversos parceiros com o objectivo de encontrar soluções adequadas às populações, com base nos recursos existentes no terreno.

Na rede de equipamentos de lazer e recreio, destacam-se a Quinta da Paiva, o centro hípico Quinta da Paiva, a zona verde da Quinta do Viso, o percurso Volta da Costa, os diversos parques de merendas, o espaço da Nossa Sra. da Piedade de Tábuas e o parque lúdico da Mata dos Reis. Os equipamentos desportivos e turísticos complementam a rede de equipamentos de lazer e recreio.

Face à procura crescente, a oferta imobiliária foi-se diversificando, sendo visível a segmentação territorial em torno de modelos urbanos tradicionais e emergentes. A tipologia unifamiliar, que marca a paisagem urbana de todo o Município, foi sendo, em especial na sede de Concelho, substituída pela tipologia multifamiliar. Esta última

²⁴ O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é constituído com base num índice composto pelos indicadores: Esperança de Vida à Nascimento, Nível Educacional da População e Conforto e Saneamento Básico.

surgiu como resposta mais evidente a uma nova população, vinda da cidade de Coimbra e que aqui encontrou preços mais competitivos para compra de casa.

5 – O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o concelho de Miranda do Corvo

O Quadro de Referência Estratégico Nacional constitui o enquadramento para a aplicação da Política Comunitária de Coesão Económica e Social em Portugal no período 2007-2013. Define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais.

De acordo com o documento oficial de apresentação²⁵, *“O QREN assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.”*

Bem entendido, o QREN assume como primeira prioridade estratégica a qualificação dos portugueses. Este é um factor indispensável à emergência de um modelo mais sustentável de crescimento económico, via dotação de capital humano e de conhecimento científico e tecnológico na economia, e elemento essencial de coesão social, via aumento das condições de empregabilidade e de adaptabilidade. A segunda prioridade refere-se ao crescimento sustentado como forma de impulsionar a trajectória de convergência da nossa economia. Para isso a aposta deverá ser feita através de ganhos de produtividade alicerçados num padrão de especialização do tecido produtivo. Igualmente importante neste percurso convergente são os ganhos de eficiência na Administração Central, na justiça e nos transportes. Por último, mas com o mesmo grau de importância das anteriores, a coesão social como prioridade estratégica do QREN. Nela se insere o incentivo ao empreendedorismo, assegurando a igualdade de oportunidades e fomentando práticas de cidadania e reinserção social.

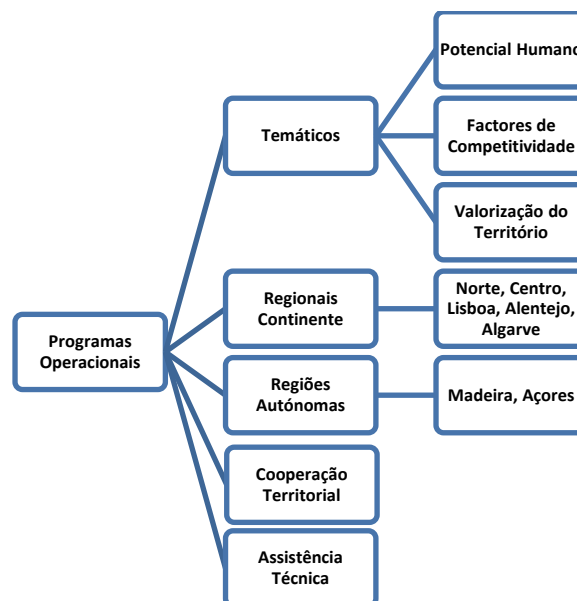
A concretização destes objectivos é assegurada por três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que englobam os pilares do potencial humano, da

²⁵ Pode ser consultado em <http://www.qren.pt>

competitividade e da valorização do território. A Agenda Operacional para o Potencial Humano associa um conjunto de mecanismos que promovam as qualificações escolares e profissionais dos portugueses e estimulem o emprego e a inclusão social, bem como a criação de condições para garantir a igualdade de género e cidadania plena. Por outro lado, a Agenda para os Factores de Competitividade compreende as intervenções que propõem estimular a qualificação do tecido produtivo, via inovação, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. Procura também estimular o desenvolvimento da sociedade da informação e redes e infra-estruturas de apoio à competitividade regional. Por último, a Agenda para a Valorização do Território orienta-se para a melhoria das condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, dotando as regiões de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

A operacionalização de cada uma destas Agendas é feita através dos Programas Operacionais, esquematizados na figura 6.

Figura 6 – Programas Operacionais (QREN 2007-2013)



5.1 - Condicionantes Estruturais

As condicionantes estruturais ao bom desempenho do país/região assumem uma importante dimensão económica, particularmente relevante face à fundamental necessidade de modernizar a estrutura produtiva. A estrutura económica nacional é fortemente marcada por baixos níveis de competitividade e produtividade, que resultam fundamentalmente do peso (ainda) significativo de actividades tradicionais, de um tecido empresarial dominado por empresas com baixos níveis de adaptabilidade, de inovação e de sustentabilidade, da insuficiente importância da produção de bens e serviços transaccionáveis e da sua excessiva orientação para o mercado interno e, igualmente, da débil concorrência no mercado de bens e serviços não transaccionáveis. Consequentemente, as acções a realizar durante este período de programação deverão assumir como objectivo prioritário contribuir para assegurar níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico, apoiados por ganhos de produtividade e de posições competitivas mais elevados, que potenciem convergência real com a União Europeia.

Também no aspecto social existem condicionantes ao desenvolvimento. A estrutura social é marcada por debilidades estruturais, destacando-se um tecido social pouco qualificado e de um tecido empresarial onde ainda predominam défices de qualificação (que influenciam negativamente a adopção de formas de organização do trabalho mais eficientes, e que são pouco propensos à inovação). Como consequência, os diferenciais de produtividade face à média europeia reflectem-se, necessariamente, em níveis remuneratórios significativamente abaixo dos europeus.

De realçar o facto dos sectores mais expostos à concorrência internacional, nomeadamente os tradicionais que adquiriram maior expressão com a integração de Portugal na UE, estarem a sofrer significativos choques competitivos, sobretudo provocados pela concorrência asiática, gerando situações de aumento do desemprego, afectando principalmente pessoas de média idade e com baixos níveis de qualificação. Não obstante a sua reduzida dimensão, Portugal continua caracterizado por importantes diferenciais internos de níveis de desenvolvimento económico e social que decorrem de um conjunto diversificado e complexo de factores, designadamente as insuficiências e instabilidades do modelo de organização territorial, as dinâmicas específicas das formas de estruturação territorial da administração pública, a inconsistência das políticas

urbanas e de ordenamento do território e a inadequada dimensão estratégica das políticas públicas relativas a infra-estruturas e a equipamentos colectivos. Acresce, ainda, a reduzida expressão territorial das políticas públicas dirigidas ao emprego e à coesão social e o insuficiente reconhecimento da importância das políticas públicas ambientais e das dirigidas a promover a igualdade de género como factor estruturante do desenvolvimento social.

Por último as lacunas estruturais respeitantes à organização e funcionamento das instituições públicas, especialmente na perspectiva do reforço da capacidade administrativa. São conhecidas e diagnosticadas as características quantitativas e qualitativas da administração pública, sendo consensual o reconhecimento de que as suas debilidades e insuficiências constituem um obstáculo de natureza estrutural à eficácia da concretização das políticas públicas e, conseqüentemente, do seu potencial e indispensável contributo para o sucesso dos processos de desenvolvimento económico, social e territorial.

5.2 - Distribuição geográfica do QREN por objectivo

Para o período de programação 2007-2013, o território nacional foi dividido em quatro zonas de acção de acordo com a sua realidade e necessidades de intervenção. Deste modo, de acordo com o mapa constante da figura A.3 do Anexo, a região de Lisboa (23 e 24) integra o Objectivo Competitividade Regional e Emprego; a Região Autónoma da Madeira (30) será elegível ao phasing-in (regiões que deixaram de ser elegíveis devido ao crescimento das suas economias) do Objectivo Competitividade Regional e Emprego; a região do Algarve (28) será elegível ao phasing-out (regiões que, por razões estatísticas, deixaram de ser plenamente elegíveis ao Objectivo Convergência); e as regiões do Norte, Centro, Alentejo e Região Autónoma dos Açores integram o Objectivo Convergência.

O Objectivo Convergência visa acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas da União Europeia através de uma melhoria das condições de crescimento e de emprego. Trata-se de um objectivo financiado pelo FEDER, pelo FSE e pelo Fundo de Coesão, que representa 81,5% dos recursos disponibilizados por estes fundos comunitários. Os limites máximos de cofinanciamento das despesas públicas elevam-se a 75% no que diz respeito ao FEDER e ao FSE, e a 85% no que diz respeito ao Fundo de Coesão. O Objectivo Competitividade

Regional e Emprego pretende antecipar as alterações económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a protecção do ambiente e a criação de mercados de trabalho inclusivos nas regiões não abrangidas pelo Objectivo Convergência. É financiado pelo FEDER e pelo FSE, representando 16% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 50% das despesas públicas. Por último, o Objectivo Cooperação Territorial Europeia destina-se a reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas (PMEs). É financiado pelo FEDER, representando 2,5% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 75% das despesas públicas.

5.3 - O QREN no concelho de Miranda do Corvo

Miranda do Corvo só em 2009 fez a sua primeira candidatura aos fundos estruturais promovidos pelo QREN. Este atraso deveu-se não só ao atraso nacional na implementação do programa e disponibilização das verbas, mas também à necessidade de cumprir os requisitos financeiros e legais para as candidaturas serem aceites. Assim, em 2009 foi elaborada a candidatura para a construção do Centro Educativo em Miranda do Corvo (recentemente inaugurado). Com um valor elegível do projecto de 1,866 milhões de euros, embora aguarde uma reformulação deste valor para 2,452 milhões de euros, requer uma comparticipação de 1,306 milhões de euros (1,961 milhões se for aprovada a reformulação), o novo Centro Educativo poderá responder positivamente aos problemas de sobrelotação e à falta de espaços de enriquecimento curricular até então existentes. Melhorará as condições de aprendizagem dos alunos do 1º ciclo, bem como as práticas pedagógicas dos docentes.

Além do Centro Educativo, Miranda do Corvo submeteu a candidatura para o financiamento do projecto “Requalificação e Valorização do Concelho de Miranda do Corvo”, com valor elegível de cerca de 198 mil euros, comparticipado em 75% (cerca de 148 mil euros).

A mais complexa das candidaturas é a da “Operação Individual para o Centro Urbano de Miranda do Corvo” pois inclui 5 projectos, quatro de cariz material e um imaterial. Está avaliada em cerca de 1,295 milhões de euros, e será comparticipada em 906 mil euros, correspondentes a 70% de financiamento. De seguida descreve-se cada

um desses projectos, do ponto de vista financeiro e do contributo que se espera deles para o desenvolvimento do Concelho.

❖ **Operação Individual para o Centro Urbano de Miranda do Corvo**

- **Beneficiação da Rua Dr. Carlos Mota Pinto e construção da Praça Dr. Fausto Correia** – com um valor elegível de 350 mil euros (245mil euros de comparticipação), permitirá uma melhoria do ambiente urbanístico, da acessibilidade e mobilidade e a recuperação e qualificação do espaço publico. A Rua Dr. Carlos Mota Pinto, devido à presença de actividades de serviços, comércio e habitação, assume-se como uma via estruturante ao nível da vila, com elevados fluxos de peões e veículos. Relativamente à Praça Dr. Fausto Correia, pretende-se criar espaços verdes e de lazer que propiciem um ambiente de bem-estar e harmonia para a população.
- **Requalificação do Mercado Municipal e área envolvente** – estimado um valor elegível de 1,2 milhões de euros permitirá promover a qualificação do tecido comercial local, onde se possam desenvolver não só actividades económicas, mas também culturais e de lazer (como feiras e exposições).
- **Passeios na Rua de Porto Mourisco e ligação à Rua Dr. Carlos Mota Pinto** – permitirá promover a requalificação das acessibilidades a pontos vitais do concelho, valorizando a componente ambiental dos espaços. Elegível com um valor de 210 mil euros, e financiado em 80% (168 mil euros).
- **Bar Quinta da Paiva** – elegível em 90 mil euros, será financiado em cerca de 63 mil euros (entretanto sujeito a reformulação), pretenderá servir a população de um equipamento imprescindível ao apoio das actividades recreativas e de lazer da Quinta da Paiva. Igualmente garantirá o acesso a equipamentos e serviços de qualidade, úteis à participação dos cidadãos na vida urbana. A Quinta da Paiva dispõe actualmente de uma piscina, um parque infantil, parque de merendas, circuito de manutenção e perspectivam-se outros projectos na óptica cultural e pedagógica.

- **Promoção da cidadania** – trata-se de um projecto imaterial mas de extrema importância para o Concelho. Pretende estimular a cidadania na região e criar rotinas de participação dos cidadãos para a melhoria do espaço urbano. Para isto, será criado um fórum na internet, uma plataforma electrónica para a partilha de ideias, envolvendo assim a população no desenvolvimento de Miranda do Corvo. É um projecto com um valor elegível de 85 mil euros, participado em cerca de 60 mil euros.

As mais recentes candidaturas aos fundos comunitários aprovadas ao abrigo do QREN são a construção do Pavilhão Multiserviços de Semide, orçamentada inicialmente em 400 mil euros (entretanto reformulada para 560 mil euros) que será alvo de comparticipação, depois de reformulada, de quase 450 mil euros e a requalificação da área verde de lazer na Quinta da Paiva, comparticipada em 315 mil euros. No entanto outras candidaturas foram entretanto submetidas, e estão ainda sujeitas a aprovação. Aqui se inclui a construção de infra-estruturas na Zona Industrial de Vale Marelo, um dos polos industriais da região, e que se pretende dinamizar e expandir; a construção da Casa das Artes de Miranda do Corvo, estimada em 2,7 milhões de euros e que, com a sua construção, Miranda do Corvo pretende um espaço cultural, no qual possam ser desenvolvidas diversas actividades culturais, educativas, de recreio e lazer que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e cative visitantes e novos habitantes; e a construção de redes de saneamento, importantes tendo em conta o défice do Concelho neste indicador.

Desta forma, Miranda do Corvo está bastante activa no acesso e utilização dos fundos estruturais, com uma visão de futuro optimista para o Concelho.

6. Resumo e sistematização das tarefas desenvolvidas

Cada projecto que se pretende levar a cabo, e que se enquadre nos objectivos do QREN, já revistos anteriormente, obedece a um processo de candidatura complexo e moroso. Daí que não tenha sido possível acompanhar uma mesma candidatura desde a sua génese até ao seu encerramento. Ainda assim, e porque o município desenvolve, paralelamente, várias candidaturas permitiu-me perceber todas as etapas, condições e requisitos a que uma candidatura pode estar sujeita. Em simultâneo com este acompanhamento das candidaturas, desenvolvi também a secção da caracterização socioeconómica do concelho de Miranda do Corvo, com recurso frequente à base de dados do Instituto Nacional de Estatística.

Descrevendo sucintamente a lógica do processo de candidatura, este começa numa fase em que o projecto foi já aprovado pela Câmara Municipal, o concurso foi lançado e encontra-se em fase de adjudicação, isto é, já existe uma empresa responsável pela execução do projecto e com o orçamento definido. A partir daqui é possível submeter o formulário de candidatura onde é exigida a descrição do projecto, o valor da adjudicação, o prazo de execução (que não pode exceder os 24 meses), um comprovativo da dotação orçamental da Câmara Municipal, visto que esta deverá ter liquidez financeira para o projecto, ainda que venha a ser ressarcida até 70% do valor total.

Após esta fase, a candidatura é avaliada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e caso seja aprovada é estabelecido um protocolo entre a Câmara Municipal e a Comissão Técnica do QREN. A partir deste momento, a obra pode ter início.

Durante o decurso da obra são elaborados dois ou mais autos de obras, dependendo da dimensão desta e que pressupõe o pagamento faseado ao empreiteiro (por parte da Câmara Municipal). Por cada um destes autos de obra, pode submeter-se um pedido de financiamento, através do envio da factura e o respectivo recibo de pagamento. Nesta fase, deve constar no local o placar indicativo (ver figura 7) de que aquela obra está a ser financiada pelo QREN.

Figura 7 – Placar temporário de publicitação do apoio do QREN

mais
CENTRO
Programa Operacional Regional do Centro

QREN
QUADRO DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

ENTIDADE PROMOTORA

DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO

INVESTIMENTO ELEGÍVEL ... EUROS

COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ... EUROS

 UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Em muitas situações pode ocorrer, ora por dificuldades financeiras, ora por atrasos no financiamento, que a obra não fique concluída no prazo acordado (derrapagem temporal) e pode solicitar-se à Comissão Técnica do QREN o alargamento do prazo.

Quando a obra estiver concluída procede-se ao seu encerramento, através da elaboração do relatório final e após todos os pagamentos terem sido efectuados. Além disso, se a obra envolver uma comparticipação superior a 500 mil euros deve ser colocada uma placa permanente indicando esse mesmo apoio comunitário (ver figura 8).

Figura 8 – Placar permanente após conclusão da obra



7. Análise crítica das competências necessárias, adquiridas e que ficaram por adquirir

No fim do estágio é importante fazer uma análise retrospectiva, sendo muito importante verificar a evolução e o quanto ficou por desenvolver com esta nova experiência que o estágio me proporcionou.

Nas tarefas realizadas no estágio foram exigidas competências adquiridas durante o percurso académico, sobretudo nas disciplinas de crescimento económico e macroeconomia. Além disso permitiu-me um primeiro contacto com o mercado de trabalho, a criação de hábitos e rotinas de trabalho, bem como o contacto com

profissionais de diversas áreas, potenciando laços de respeito e amizade sempre salutares numa instituição. Ficaram por adquirir, mesmo não sendo o objecto do estágio, competências noutras domínios, em outros programas de apoio, bem como não foi possível participar, na prática, na fase de encerramento de nenhuma candidatura. Teria sido bastante interessante, mas quatro meses é pouco tempo para que uma candidatura percorra todas as fases. Não foi também muito desenvolvido o trabalho em equipa, na medida em que a tarefa assim não o exigia directamente, embora dependa de outros sectores, como o técnico no desenho do projecto, o financeiro para viabilizar economicamente o projecto, entre outros.

8. Balanço do valor acrescentado pelo estágio para a formação do estagiário e para a Entidade de Acolhimento

O estágio inseriu-se numa lógica de ser uma primeira abordagem à realidade institucional, ao mercado de trabalho e também uma força de adquirir alguma experiência que enriqueça o curriculum vitae. Desta forma, o valor acrescentado individual foi elevado, pois permitiu consolidar alguns conhecimentos adquiridos no percurso académico e aplicá-los, na prática, no desempenho das tarefas. Do ponto de vista da Entidade de Acolhimento, a mais-valia está sobretudo na incorporação de um jovem qualificado, com dinamismo e vontade de aprender, com conhecimentos recém-adquiridos na área do crescimento e desenvolvimento, capazes de serem incorporados em futuras acções a desenvolver pela Câmara Municipal. Além disso, premia a abertura da instituição a estagiários e o intercâmbio com a Universidade de Coimbra.

9. Conclusão

O objectivo do estágio e do presente relatório era avaliar a forma como os fundos estruturais, no âmbito do QREN, estão a ser utilizados no município de Miranda do Corvo e o impacto e potencial destes no crescimento e desenvolvimento da região. O período de duração do estágio foi de quatro meses, entre 8 de Outubro de 2010 e 28 de Janeiro de 2011 e permitiu tomar contacto com os processos de candidatura dos projectos aos fundos previstos no QREN.

Durante a caracterização socioeconómica do concelho, foi possível verificar uma dinâmica de crescimento demográfico, embora associada ao envelhecimento populacional, que a médio-longo prazo trará consequências significativas não apenas no aspecto produtivo, mas também económico, educacional, social e outros. No que se refere ao poder de compra, um dos indicadores que permite medir a convergência regional, a evolução é positiva, denotando algum esforço e capacidade de crescer. Ainda assim, o concelho permanece distante da média nacional (base 100), com 62,3.

Regista-se também no concelho uma elevada mobilidade populacional, com mais de metade da população residente a deslocar-se, em trabalho ou a estudar, para fora do município. Neste ponto há que destacar a recente decisão governamental do encerramento da linha férrea que fazia a ligação a Coimbra e a não construção do Metro Mondego. Espera-se que se se mantiver esta decisão surjam graves consequências nos indicadores do emprego e até de educação (sobretudo superior).

No sector empresarial destacam-se as empresas individuais, com cerca de três quartos do total, e predominantemente pequenas empresas (com menos de 10 trabalhadores). Os ramos de actividade que maior expressão tem no concelho são os da construção e do comércio por grosso e a retalho, com cerca de 50% das empresas.

No que diz respeito ao QREN e à sua utilização no município, importa sublinhar que só em 2009 Miranda do Corvo submeteu a sua primeira candidatura, mas a partir daí tem sido activo e dinâmico, recorrendo ao mesmo para financiar outros projectos. O Centro Educativo foi o projecto pioneiro, já se encontra concluído e inaugurado e pretende ser uma mais-valia para o concelho, permitindo oferecer um serviço de educação com mais recursos e melhor qualidade, para além de eliminar com a sobrelocação que se vinha registando no concelho. Uma das candidaturas que ainda se encontra a decorrer, a *Operação Individual para o Centro Urbano de Miranda do*

Corvo, contempla cinco projectos e que visam melhorar os acessos, os espaços de comércio, zonas verdes e de lazer, construir um Mercado Municipal para receber não só actividades de comércio mas também feiras e exposições. No âmbito do lazer, a Quinta da Paiva merece algum destaque, quer pelas condições que oferece, quer pela beleza paisagística que oferece, servindo de um espaço de convívio e de contacto com a natureza. No capítulo desportivo, foi submetida uma candidatura para a construção do Pavilhão Multiserviços de Semide e que permitirá receber competições em variadíssimos desportos, atraindo e fomentando a prática desportiva na região.

Ainda sem aprovação mas já submetidas as candidaturas estão também a reconstrução da zona industrial de Vale Marelo, com o objectivo de dinamizar o sector industrial do concelho, que se encontra em declínio, e a construção da Casa das Artes de Miranda do Corvo, potenciando hábitos culturais aos residentes, atraindo novos habitantes e servindo de activo turístico de região.

Referências Bibliográficas

- Becker, Sascha, et al. (2010), *Too much of a good thing? On the growth effects of the EU's regional policy*, CEPR Discussion Paper 8043
- Boldrin, Michele; Canova, Fabio (2001), *Inequality and convergence in Europe's regions: reconsidering european regional policies*, Economic Policy, vol. 32, pp. 207-53
- Brulhart, Marius; Torstensson, Johan (1996), *Regional Integration, Scale Economies and Industry Location in the European Union*, CEPR Discussion Paper 1435
- Cappelen, Aadne et al. (2003), *The impact of EU Regional Support on Growth and Convergence in the European Union*, Journal of Common Market Studies, vol.41, nº 4, pp. 621-44
- CE (1996), Primeiro Relatório de Coesão Social e Económica, Comissão Europeia, Bruxelas
- Dall'erba, Sandy; Le Gallo, Julie (2008), *Regional convergence and the impact of european structural funds over 1989-1999: a spatial econometric analysis*, Papers in Regional Science, Blackwell Publishing, vol. 87(2), pp. 219-244
- de Freitas, Miguel L. et al. (2005), *Regional Convergence in Portugal: Policy Impacts (1990-2001)*, Economics Working Papers 35, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- de Freitas, Miguel L. et al. (2003), *Convergence among EU Regions 1990-2001 - quality of national institutions and 'objective 1' status*, Intereconomics, vol.38, nº5, pp.270-275
- Dias, Marta F.; Silva, Ricardo (2004), *Central Government Transfers and Regional Convergence in Portugal*, European Regional Science Association, ERSA conference papers 4
- Eurostat (2010), *International Statistical Yearbook 2010*
- Instituto Nacional de Estatística (2009), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2007*, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Anuário Estatístico da Região Centro 2009*, INE, Lisboa
- Lucas, Robert (1988), *On the Mechanics of Economic Development*, Journal of Monetary economics, Vol.22, pp. 3-42.

- Martin, Phillipe (2005), *The geography of inequalities in Europe*, Swedish Economic Policy Review 12 (2005) pp. 83-108
- Midelfart-Knarvik, Karen H.; Overman, Henry G. (2002), *Delocation and European integration: is structural spending justified?* *Economic policy*, 17 (35). pp. 321-359
- Paci, Raffaele (1997), *More similar and less equal: economic growth in the European regions*, *Review of World Economics*, vol.133 n°4 609-34
- Puga, Diego (1999), *The rise and fall of regional inequalities*, Centre for Economic Performance (CEP), Discussion Paper No. 314, November 1996 (Revisto em Janeiro de 1998)
- Romer, Paul (1990), *Endogenous Technical Change*, *Journal of Political Economy*, Vol.98, N° 5, pp. 71-101.
- Solow, Robert (1957), *Technical Change and the Aggregate Production Function*, *Review of Economics and Statistics*, Vol. 39, Agosto, pp. 312-320.
- Soukiazis, Elias; Antunes, Micaela. (2006), *Two Speed Regional Convergence in Portugal and the Importance of Structural Funds on Growth*", *Cyprus Economic Society and University of Cyprus*, vol. 9(2), pp. 222-241
- Vare, Paul; Scott, William (2007), *Learning for a Change: Exploring the Relationship Between Education and Sustainable Development*, *Journal of Education for Sustainable Development*, vol. 1, n.º 2, pp. 191-198.

ANEXOS

Figura A.1 – Organigrama da Câmara Municipal de Miranda do Corvo

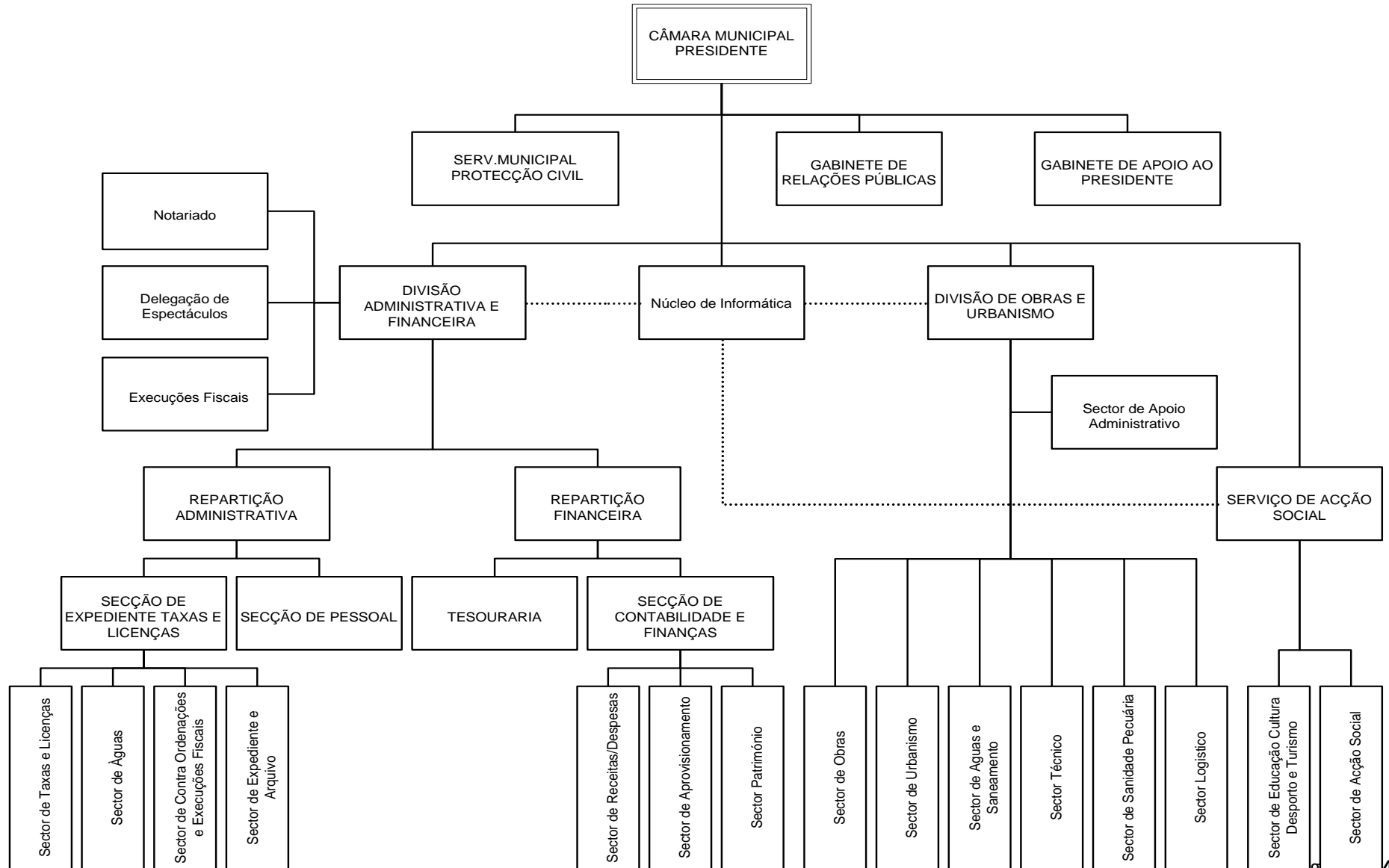


Figura A.2 – Mapa de pessoal da Câmara Municipal de Miranda do Corvo (2010)

MAPA DE PESSOAL PARA ANO DE 2010
(artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

Atribuições / Competências / Actividades	Unidade(s) Orgânica(s) dos serviços municipais	Postos de Trabalho								
		Existentes				Previstos				
		Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	C.T.I a)	C.T.R b)	Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Proposta de Mobilidade ou recrutamento
Administração Autárquica	Gabinete da Presidência, Gabinete de Informática, Gabinete Municipal de Protecção Civil	Chefe de Gabinete c)			1		Secretário da Presidência c)			1
							Comandante Operacional Municipal c) e f)			1
		Técnico Informática	Técnico Informática	Informática	1					
		Assistente Técnico	Assistente Técnico		3					
		Assistente Operacional	Assistente Operacional		1 e)					
Actividades de carácter instrumental	Divisão de Administração Geral e Financeira						Chefe de Divisão	Chefe de Divisão		1 f)
		Técnico Superior			2					
		Jurista					Técnico Superior	Técnico Superior	Jurista	1 f); 1g)
		Contabilidade			1	2 h)	Técnico Superior	Técnico Superior	Contabilidade	2 h)
		Psicologia				1 h)	Técnico Superior	Técnico Superior	Psicologia	1 h)
		Assistente Técnico					Coordenador Técnico	Coordenador Técnico		2 f)
					Assistente Técnico	Assistente Técnico		1 h); 1j)		
Assistente Operacional								2 h)		

MAPA DE PESSOAL PARA ANO DE 2010
(artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

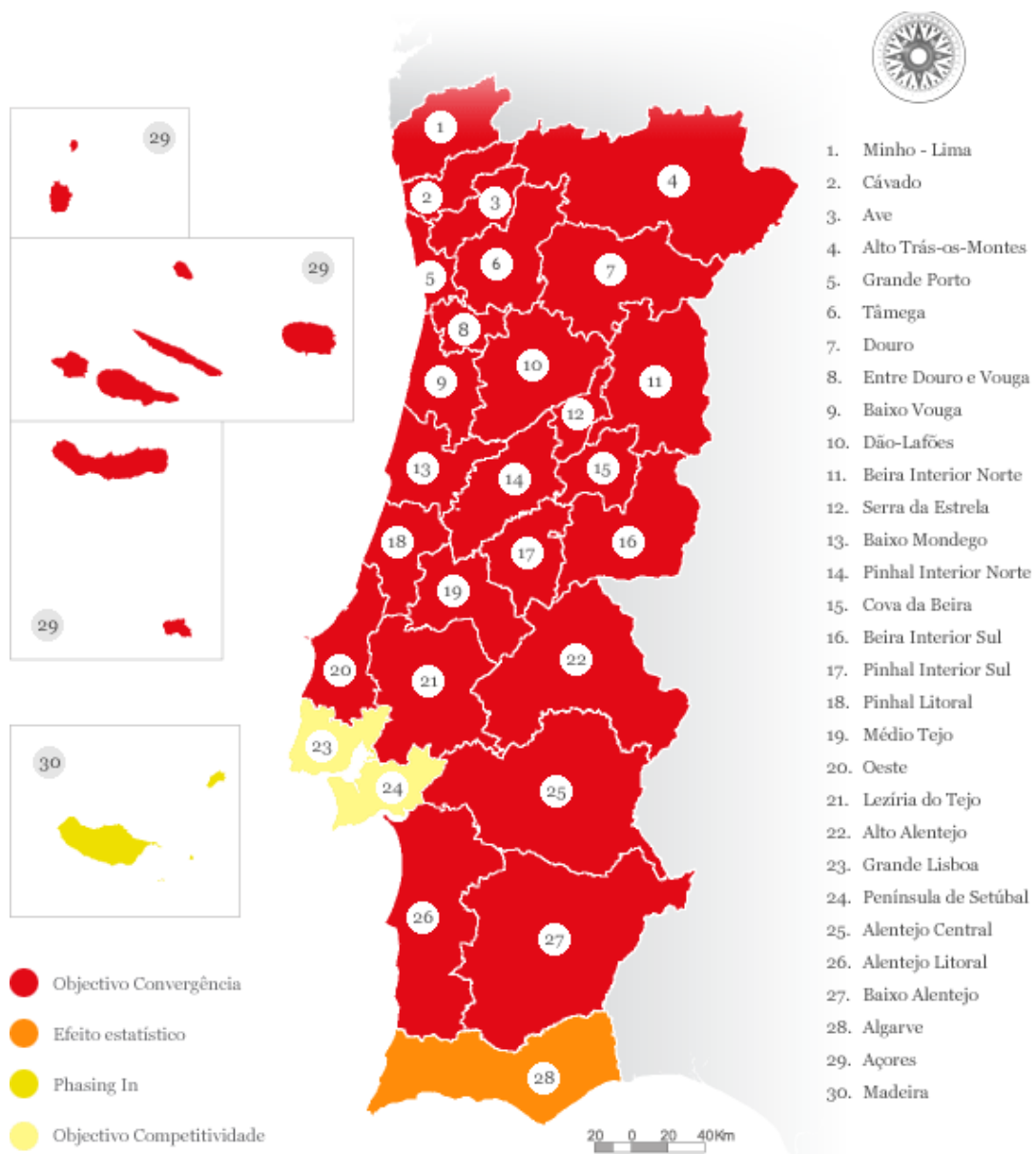
Atribuições / Competências / Actividades	Unidade(s) Orgânica(s) dos serviços municipais	Postos de Trabalho									
		Existentes					Previstos				
		Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	C.T.I a)	C.T.R b)	Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Proposta de Mobilidade ou recrutamento	
Actividades de carácter executivo responsáveis pelo planeamento, gestão, realização, fiscalização e apoio de investimentos, equipamentos e recursos nos domínios de: Ordenamento do Território e Urbanismo; Transportes e Comunicações; Equipamento Rural e Urbano; Energia; Educação; Património Cultural e Ciência; Tempos Livres e Desporto; Saúde; Acção Social; Habitação; Protecção Civil; Ambiente e Saneamento Básico; Defesa do Consumidor; Promoção do Desenvolvimento.	Divisão de Obras e Urbanismo						Chefe de Divisão	Chefe de Divisão		1 f)	
		Técnico Superior	Técnico Superior	Engenharia Civil	6	2	Técnico Superior	Técnico Superior	Engenharia Civil	2 h)	
				Planeamento Regional e Urbano	1	1 h)	Técnico Superior	Técnico Superior	Planeamento Regional e Urbano	1 h)	
				Arquitectura		2 d)	Técnico Superior	Técnico Superior	Arquitectura	1 h)	
							Técnico Superior	Técnico Superior		2 f)	
		Técnico Profissional	Fiscal Municipal		1	1	Técnico Profissional	Fiscal Municipal		1 h); 1j)	
		Assistente Técnico	Assistente Técnico		6		Assistente Técnico	Assistente Técnico		1	
		Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional		1						
			Encarregado Operacional		3						
			Assistente Operacional		54	12	Assistente Operacional	Assistente Operacional		1 g); 5 h)	
	Sector de Acção Social	Técnico Superior	Técnico Superior	Serviço Social	1		Técnico Superior	Técnico Superior	Serviço Social	1 g); 1 f)	
							Técnico Superior	Técnico Superior	Sociologia	1 f)	

MAPA DE PESSOAL PARA ANO DE 2010
(artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

Atribuições / Competências / Actividades	Unidade(s) Orgânica(s) dos serviços municipais	Postos de Trabalho								
		Existentes					Previstos			
		Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	C.T.I a)	C.T.R b)	Carreira	Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Proposta de Mobilidade ou recrutamento
Actividades de carácter executivo responsáveis pelo planeamento, gestão, realização, fiscalização e apoio de investimentos, equipamentos e recursos nos domínios de: Ordenamento do Território e Urbanismo; Transportes e Comunicações; Equipamento Rural e Urbano; Energia; Educação; Património Cultural e Ciência; Tempos Livres e Desporto; Saúde; Acção Social; Habitação; Protecção Civil; Ambiente e Saneamento Básico; Defesa do Consumidor; Promoção do Desenvolvimento.	Sector de Educação, Cultura e Desporto e Turismo	Técnico Superior	Técnico Superior	Biblioteca e Documentação	1					
		Técnico Superior	Técnico Superior	História		1	Técnico Superior	Técnico Superior	História	1 h)
		Professores	Professores	Professores		9 d)	Professores	Professores	Professores	4 d)
		Técnico Superior	Técnico Superior	Desporto	1	1	Técnico Superior	Técnico Superior	Desporto	1 h)
		Assistente Técnico	Assistente Técnico		3	1	Assistente Técnico	Assistente Técnico		1 h)
	Assistente Operacional	Assistente Operacional		10	7	Assistente Operacional	Assistente Operacional		2 g) 4 h)	
	Gabinete Técnico Florestal	Técnico Superior	Técnico Superior	Engenharia Florestal		1	Técnico Superior	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1 h)
		Assistente Operacional	Assistente Operacional			8	Assistente Operacional	Assistente Operacional		8 h)
TOTAL				117	52				56	

- a) Actividades de natureza permanente; relação jurídica de emprego por tempo indeterminado
b) Actividades de natureza temporária; relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável c)
Nomeação em Comissão de Serviço
d) Postos de Trabalho a Tempo parcial
e) Posto de Trabalho não ocupado - trabalhador em Mobilidade Interna - Assistente Técnico f)
Posto de Trabalho a ocupar no 2.º Semestre
g) Posto de Trabalho a ocupar em Janeiro de 2010 - procedimento concursal a decorrer
h) Posto de Trabalho a termo resolutivo certo. Prevista transição em mobilidade e/ou recrutamento para CTTIFP
i) Dois Postos de Trabalho (1 ocupado por Mobilidade Interna e outro em Mobilidade Geral)
j) Para um posto de trabalho está prevista mobilidade e/ou recrutamento para CTTIFP

Figura A.3 – Distribuição geográfica do QREN por objectivo (2007-2013)



Fonte: QREN